



Relatório Anual Societário 2016

**CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de
Resende Ltda.**

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

www.ceres.coop.br

presidência@ceres.coop.br

Índice

Relatório da Administração (Societário)	03
Demonstrações Contábeis (Societário)	19
❖ Balanço Patrimonial Societário.....	20
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Societário	23
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	27
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	29
Notas Explicativas (Societário)	31
Parecer do Conselho Fiscal Societário	71
Parecer dos Auditores Independentes Societário	72
Relatório da Administração (Regulatório)	79
Demonstrações Contábeis (Regulatório)	96
❖ Balanço Patrimonial Regulatório	97
❖ Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	100
❖ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	104
❖ Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	107
Notas Explicativas (Regulatório)	109
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	173
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	175

Relatório da Administração 2016
(Societário)

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 48 anos, uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores. Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2016 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

O processo da segunda revisão tarifária da CERES não aconteceu neste exercício e não houve reajuste tarifário, ficando as tarifas congeladas desde março/2015 e as eventuais diferenças para serem compensadas no reajuste anual de abril/2017. Com isso, se por um lado, representou um benefício para os consumidores em geral, por outro, influenciou significativamente os resultados realizados em 2016, além de pressionar de forma relevante o fluxo de caixa da empresa.

Para o ano de 2017 é fato que enfrentaremos um cenário de obstáculos, no qual a CERES assume o compromisso de que não poupará esforços para permanecer fiel ao seu legado de empresa comprometida com a sociedade bem como com adequada observância ao que determina o Órgão Regulador.

Vander Leite Gomes

Presidente

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 48 anos de existência.

Em 2016, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um decréscimo de (12,20)% com relação à 2015. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 6,94 GWh (7,26 GWh em 2015). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,53% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (39,73% em 2015).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.705 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 147 novas ligações com destaque 3.843 residenciais, 559 comerciais, 273 rurais e 4 industriais, totalizando 4.705 consumidores atendidos pela Outorgada, número 3,23% superior ao de 2015.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843
Comercial	502	529	548	548	559
Industrial	5	5	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273
Poderes Públicos	14	14	16	17	17
Iluminação Pública	8	8	8	8	8
Serviço Público	1	1	1	1	1

Total	4.132	4.264	4.453	4.558	4.705
Varição	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%	3,23%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 18,00 GWh (18,79 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com diminuições de (3,59)% e (12,20)% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

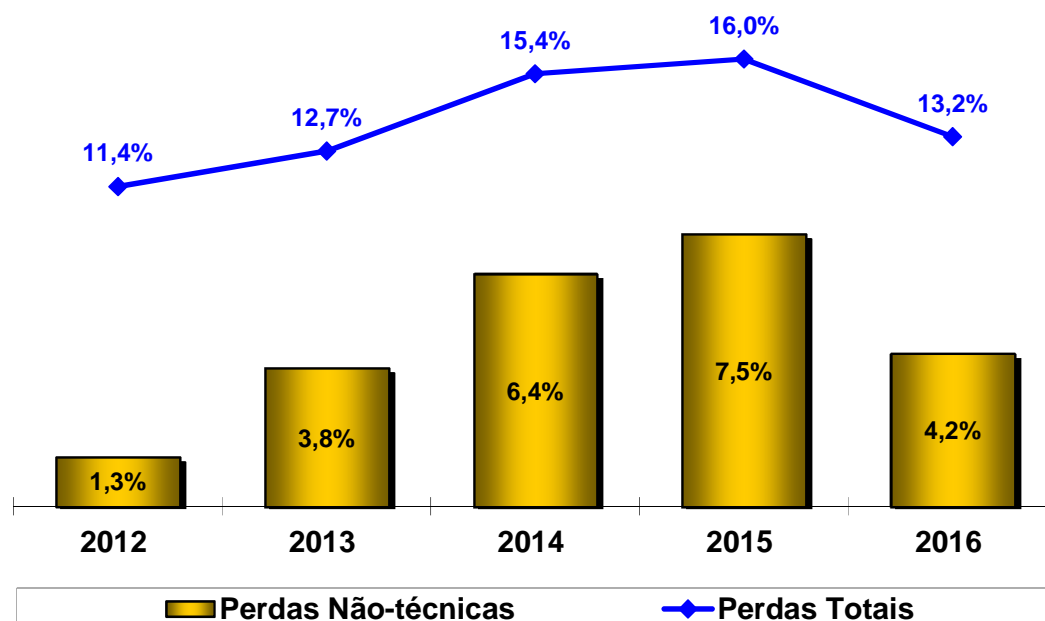
Mercado Atendido

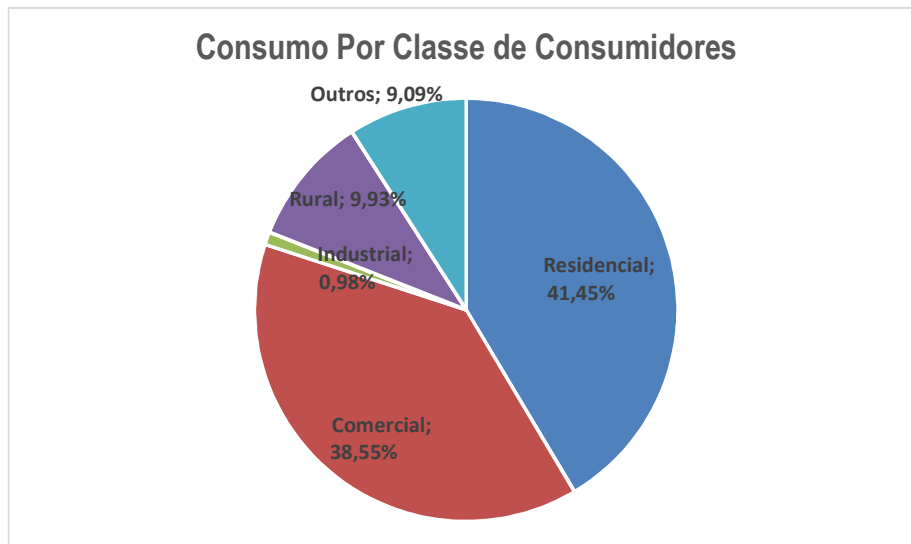
Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Fornecimento	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Residencial	5,72	6,17	6,94	7,74	7,46
Comercial	5,91	6,08	6,69	7,26	6,94
Industrial	0,22	0,19	0,18	0,20	0,18
Rural	1,80	1,75	1,91	1,94	1,79
Poderes Públicos	0,10	0,11	0,14	0,13	0,11
Iluminação Pública	1,42	1,43	1,50	1,51	1,53
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Varição	5,29%	3,83%	10,34%	8,17%	-4,23%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 7,28% em 2015 para 2016.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
- Fornecimento	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	1,95	2,28	3,17	3,57	2,73
Perdas Técnicas	1,72	1,60	1,84	1,88	1,86
Perdas não Técnicas - PNT	0,23	0,69	1,32	1,69	0,88
PNT / Energia Requerida %	1,3%	3,8%	6,4%	7,5%	4,2%
Perdas Totais - PT	1,95	2,28	3,17	3,57	2,73
PT / Energia Requerida %	11,4%	12,7%	15,4%	16,0%	13,2%
Total	17,11	18,03	20,54	22,36	20,73

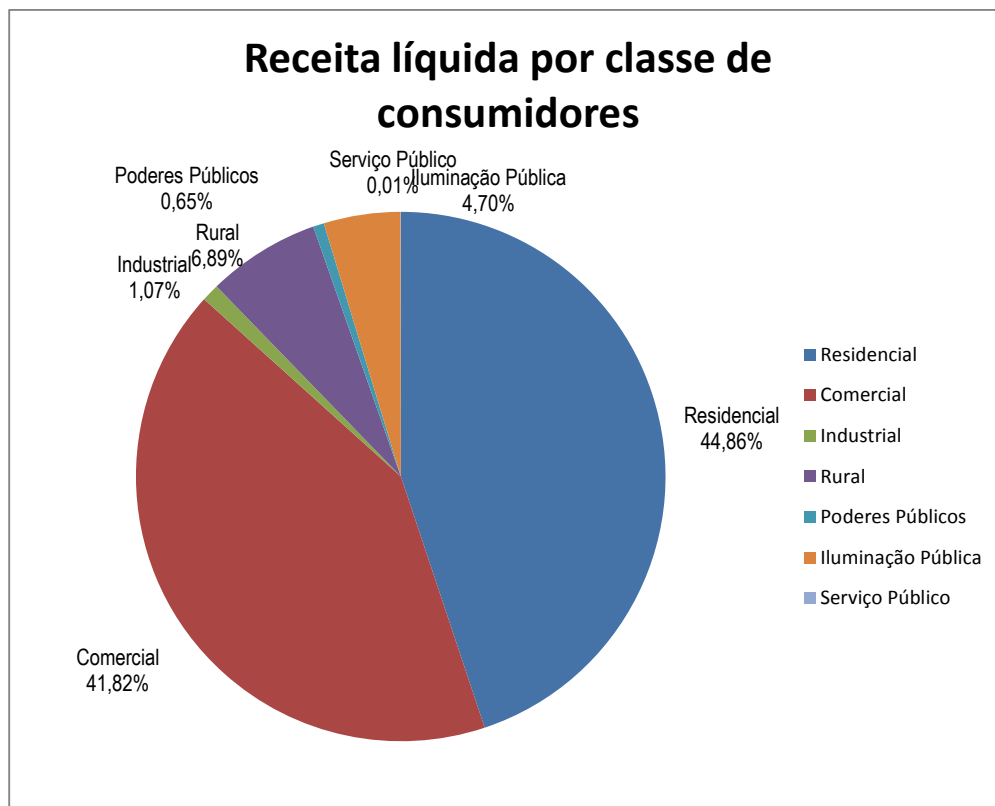




Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 8.830,17 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2016	2015	%
Residencial	3.961,45	3.257,25	21,62%
Comercial	3.692,48	3.001,95	23,00%
Industrial	94,30	83,23	13,30%
Rural	608,53	513,97	18,40%
Outros	473,41	372,12	18,15%
Poderes Públicos	57,65	53,55	7,65%
Iluminação Pública	414,63	317,15	30,74%
Serviço Público	1,13	1,42	-20,24%
Total	8.830,17	7.228,53	22,16%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 3,23 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2015	Var %
Residencial	3.843	3.707	3,67%
Comercial	559	548	2,01%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	273	273	0,00%
Outros	26	26	0,00%
Poderes Públicos	17	17	0,00%
Iluminação Pública	8	8	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.705	4.558	3,23%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 470,93/MWh, com aumento de 26,88% em relação a dezembro de 2015.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.024 de 15/03/2016, foi prorrogada a vigência das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia -TE da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende – CERES, que por sua vez, também foi prorrogada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.134 de 30/08/2016, em razão desta Permissionária ter aderido ao Termo Aditivo ao Contrato de Permissão aprovado pela Resolução Normativa nº 704/2016.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	531,07
Comercial	502,28
Industrial	533,08
Rural	317,27

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,19973	0,2812	0,37523	0,46023

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de

2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Externamente, buscou aprimorar a transparência da Empresa perante seus consumidores e sociedade, divulgando certificados de obrigatoriedade municipal, estadual e federal através do seu Site Institucional, além disso, investiu em uma nova ferramenta para emissão de segunda via de faturas, utilizada diretamente pelos cooperados. Este novo módulo, totalmente integrado com o Sistema de Informação utilizado para sua gestão, gerou benefícios no acompanhamento de baixas dessas faturas.

Internamente, foi estabelecida a padronização das estações de trabalho dos colaboradores, a evolução de mecanismos de proteção aos dados e computadores, ampliação do armazenamento de dados e por consequência backups de todas as informações.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as perdas líquidas foram de R\$ (626,29) mil, contra R\$ (1.004,48) mil em 2015, uma diminuição de 60,39%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como incluí, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até

dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (626,29) mil

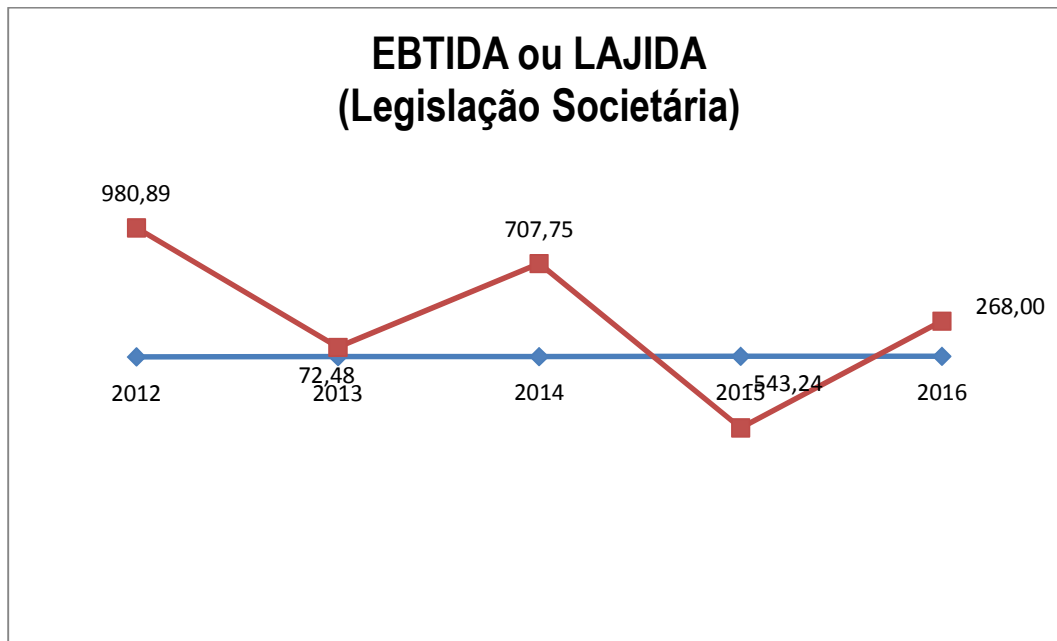
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 1.472,91 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 186,67 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 10.824,74 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 7.251,79 mil.

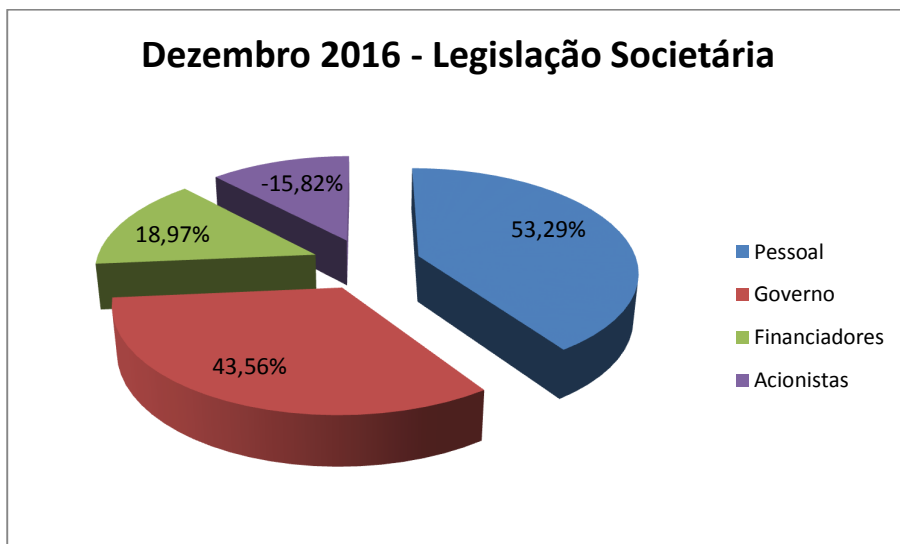
As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 9.979,10 mil, 32,37% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um decréscimo de 21,72% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (1.375,31)% contra (3,35)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 268,00 mil, superior em 1.429,25% a 2015, que foi de R\$ (543,24) mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 514,08 mil, 134,24% inferiores em relação à 2015, dos quais R\$ 514,08 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Valor adicionado regulatório: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 4.745,19 mil, representando 39,75% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2016 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2016 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas,

programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.705	4.558	3,23%
Número de empregados	42	47	-10,64%
Número de consumidores por empregado	112	97	15,50%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0		0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7,24	5,22	38,70%
Distribuição direta (GWh)	18,00	18,80	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	621.617	644.743	-3,59%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	448,32	350,46	27,92%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	531,07	421,19	26,09%
Comercial	502,28	391,41	28,33%
Industrial	533,08	413,66	28,87%
Rural	317,27	258,39	22,79%
Suprimento	38,05	34,72	9,58%
DEC (horas)	24,18	25,95	-6,82%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	14,92	14,39	3,68%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,9	3,85	1,30%
FEC (número de interrupções)	10,03	9,49	5,69%

Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,08	2,61	-20,31%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	413,75	405,16	2,12%
Capacidade instalada (MW)	17,47	16,41	6,49%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	11.939,07	8.565,33	39,39%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.824,74	7.251,79	49,27%
Margem operacional do serviço líquida (%)	10,29%	18,11%	-43,17%
EBITDA OU LAJIDA	268,00	707,75	-62,13%
Lucro líquido (R\$ mil)	-626,29	-1.004,48	-37,65%
Lucro líquido por mil cotas	-626,29	-1.004,48	-37,65%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	-42,44	-18,53	129,03%
Valor patrimonial por cota R\$	-42,44	-18,53	129,03%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	14,76	54,21	-72,78%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-285,53	-573,02	-50,17%
Em moeda nacional (%)	-285,53	-573,02	-50,17%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	2,41	1,93	24,60%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	433,57	396,10	9,46%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,86	4,08	-5,39%
Retorno de ativos por unidade	0,23	-0,02	-1537,50%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Resende (RJ), 22 de abril de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2016

(SOCIETÁRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	3.179,08	2.707,53
Caixa e equivalentes de caixa	6,25	23,04
Consumidores	1.166,31	1.589,61
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,49	58,38
Tributos compensáveis	120,82	117,61
Depósitos judiciais e cauções	455,03	494,91
Almoxarifado operacional	101,72	87,72
Investimentos temporários	-	3,99
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	984,79	-
Despesas pagas antecipadamente	20,82	20,00
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	322,85	312,27
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	8.896,58	7.891,98
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	138,10	153,97
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	7,91	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	5.240,46	4.371,45
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,26	0,21
Imobilizado	490,50	552,38
Intangível	3.019,35	2.813,97

Total do ativo	12.075,66	10.599,51
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	6.901,38	4.737,54
Fornecedores	2.942,25	1.328,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures	780,87	1.220,80
Obrigações sociais e trabalhistas	792,32	442,49
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	556,18	525,86
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	260,23	434,03
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	858,42	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	711,11	785,42
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	5.216,73	5.880,51
Fornecedores	7,91	487,26
Empréstimos, financiamentos e debêntures	861,04	864,36
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	3.459,30	3.675,61
Provisão para litígios	87,91	97,61
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-

Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	450,96	451,81
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	349,61	303,86

Total do passivo	12.118,11	10.618,05
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	(42,45)	(18,54)
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(292,21)	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	520,03	922,13
Perdas à disposição da Assembleia	(334,08)	(1.004,48)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	(42,45)	(18,54)
------------------------------------	----------------	----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	12.075,66	10.599,51
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	11.939,07	8.565,32
Fornecimento de energia elétrica	613,72	619,71
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.401,87	6.923,31
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(81,98)	257,73
Serviços cobráveis	43,43	38,45
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	315,36	353,89
Outras receitas	2.646,67	372,23
Tributos	(86,94)	(62,99)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(15,42)	(11,17)
Cofins	(71,52)	(51,82)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.027,40)	(1.250,53)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(42,44)	(38,19)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(42,44)	(38,19)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(733,12)	(726,03)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,06)	(28,43)

Outros encargos	(181,34)	(419,69)
-----------------	----------	----------

Receita líquida / Ingresso líquido	10.824,73	7.251,80
---	------------------	-----------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.879,47)	(2.691,57)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.879,47)	(2.691,57)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.945,26	4.560,23
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.133,35)	(4.614,20)
Pessoal e administradores	(3.338,95)	(3.051,76)
Material	(285,66)	(191,34)
Serviços de terceiros	(783,52)	(830,89)
Arrendamento e aluguéis	(143,50)	(59,69)
Seguros	(4,11)	(3,63)
Doações, contribuições e subvenções	(11,17)	(17,22)
Provisões	(99,51)	(31,65)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	154,50	73,36
Tributos	(20,08)	(27,28)
Depreciação e amortização	(276,14)	(253,78)
Gastos diversos	(2.291,50)	(453,34)
Outras Receitas Operacionais	207,77	298,41
Outras Despesas Operacionais	(241,48)	(65,39)

Resultado da Atividade	811,91	(53,97)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(1.393,40)	(950,51)
Despesas financeiras	(1.520,78)	(1.238,21)
Receitas financeiras	127,38	287,70
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(581,49)	(1.004,48)
Despesa com impostos sobre os lucros	(44,80)	-
Resultado líquido das operações em continuidade	(626,29)	(1.004,48)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	(9,81)	(15,74)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(9,81)	(15,74)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63,81	-	-	915,15	-	-	203,40	-	1.182,36
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.004,48)	-	(1.004,48)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(203,40)	-	(203,40)

Reserva legal	-	-	-	(395,12)	-	402,10	-	-	6,98
FATES	-	-	-	(520,03)	-	520,03	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	-	-	-	-	922,13	(1.004,48)	-	(18,54)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	602,38	-	602,38
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(292,21)	-	-	-	(292,21)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(334,08)	-	(334,08)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(402,10)	402,10	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63,81	-	-	-	(292,21)	520,03	(334,08)	-	(42,45)

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
 (Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

Notas	Notas	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.620,60	(1.422,43)
1 Fornecimento de Energia		8.933,51	7.867,34
2 Suprimento de Energia		-	-
3 TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
4 Suprimento a Concessionárias		-	-
5 Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
6 Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
7 Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		389,85	174,24
8 Outros Recebimentos Operacionais		344,28	147,63
9 Fornecedores - Materiais e Serviços		(1.504,28)	(1.569,47)
10 Fornecedores - Energia Elétrica		(2.277,67)	(2.795,57)
11 Salários e Encargos Sociais		(2.634,81)	(2.484,08)
12 Tributos sobre a Receita - Federais		(177,40)	(147,80)
13 Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(165,54)	(487,84)
14 Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		-	-
15 Encargos de Transmissão		-	-
16 Demais Encargos Regulatórios		(809,92)	(905,74)
17 Outras Despesas Operacionais		(477,42)	(1.221,14)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(148,75)	(133,36)
18 Aquisição de Participações Societárias		-	-
19 Aportes / Aumento de Capital em Controladas		-	-
20 Investimentos		-	-
21 Imobilizado		(163,24)	(128,36)
22 Intangível		-	-
23 Participação Financeira do Consumidor		-	-
24 Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
25 Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-

26	Proventos Recebidos	14,49	(5,00)
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.471,85	(1.555,79)
	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.488,64)	1.495,60
27	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	729,64	4.063,48
28	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(2.218,28)	(2.567,88)
29	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
30	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
31	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
32	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
33	Integralização de Capital	-	-
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16,79)	(60,19)
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16,79)	(60,19)
	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16,79)	(60,19)
	No início do exercício	23,04	83,23
	No fim do exercício	6,25	23,04
	diferença	0,00	0,00

NOTAS EXPLICATIVAS

2016

(SOCIETÁRIO)

CERES

Notas Explicativas Societárias
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1. Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Concessão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2016), 4.705 consumidores divididos em 94,20% de consumidores urbanos e 5,80% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016 e 3.371/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 3.019,35 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 1.936,70 mil.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERES, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2016, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 984,79 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 858,42 R\$/MIL

4. Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades

de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2016 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIA, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária não possui o montante de Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários em 2016, conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2016	2015
			CDI /TR		
Santander S.A.	Título de Capitalização	Indeterminado		0,00	3,99
Total				0,00	3,99

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2016 e 2015, estão assim elencados, a seguir:

Legislação societária	
2016	2015

Consumidores		
Faturados	1648,78	1.930,54
Não faturados	83,22	166,30
Subtotal	1.732,00	2.096,84
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Total	1.732,00	2.096,84

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	335,78	112,08	69,78	517,63	(69,78)	(58,28)	447,85	485,28687
Industrial	8,32	1,76	-	10,08	-	-	10,08	12,35587
Comércio, Serviços e Outras Atividades	331,12	77,61	122,87	531,61	(86,87)	(21,65)	444,74	514,18
Rural	52,28	6,80	5,41	64,49	(5,03)	(5,10)	59,46	69,85
Poder Público	4,52	1,31	6,03	11,86	(6,03)	(6,01)	5,83	40,26
Federal	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Estadual	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Municipal	4,52	1,31	6,03	11,86	-6,03	-6,01	5,83	40,26
Iluminação Pública	35,83	9,28	467,73	512,83	(464,51)	(464,27)	48,32	252,06
Serviço Público	0,09	0,00	0,18	0,27	-0,18	-0,18	0,09	1,05
Renda não Faturada	83,22	0,00	0,00	83,22	0,00	0,00	83,22	166,30
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	851,16	208,85	671,99	1.732,00	(632,40)	(555,49)	1.099,60	1.541,35
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	851,16	208,85	671,99	1.732,00	(632,40)	(555,49)	1.099,60	1.541,35

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2016 (R\$ 632,40/reais mil) aumentou em 13,84% em relação ao ano de 2015 (R\$ 555,49/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2016, importavam em: 131,50 R\$/MIL.

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2016	2015
Em Serviço Societário	490,50	552,38
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	1.936,70	1.783,72
Ativo Intangível da Concessão	2.381,90	2.262,74
Ativo Intangível em Curso	637,45	551,23
Reavaliação Regulatória Compulsória	2.996,67	3.319,22
Sob Total	8.443,22	8.469,29
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-349,61	-303,86
Sub Total	-349,61	-303,86
Total	8.093,61	8.165,43

Ativo Imobilizado Societário	490,50	552,38
Ativo Imobilizado Regulatório	8.093,61	8.165,43

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para

os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
Intangíveis				
Em Serviço	2.572,78	-190,88	2.381,90	2.262,74
Em Curso	637,45	0,00	637,45	551,23
Total	3.210,23	-190,88	3.019,35	2.813,97

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2016, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-

CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	309,91	679,10	-	-	(4,22)	984,79
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	309,91	43,66	-	-	(4,22)	349,35
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	458,67	-	-	-	458,67
Outros	-	176,77	-	-	-	176,77
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	309,91	679,10	-	-	(4,22)	984,79

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2016
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.588,84	333,20	-	1,07	(2.064,69)	858,42
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	63,56	284,92	-	-	(18,90)	329,58
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	2.346,76	-	-	-	(2.346,76)	-
Outros	178,52	48,28	-	1,07	300,97	528,84
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.588,84	333,20	-	1,07	(2.064,69)	858,42

9. Fornecedores

	Legislação societária	
	2016	2015
Ampla Energia e Serviços S. A.	2.777,17	1.195,73
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	2.777,17	1.195,73
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	165,08	133,21
Sub Total - Materiais e Serviços	165,08	133,21
Total	2.942,25	1.328,94

10. Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo		
	Principal	Encargos	Principal	Total	
				2016	
Moeda estrangeira				Total	
				2015	
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	
Moeda Nacional					
Parcelamento Banco Itaú	110,78	-63,05	59,67	107,40	0,00
Empréstimo Capital de Giro 8330 – Banco Santander	256,86	-127,38	251,06	380,54	0,00
Empréstimo SICRED Vanguarda PR/SP/RJ (B67930327-6)	100,81	-27,31	73,50	147,00	0,00
Cheque Especial Banco Santander	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Giro Bonificado 6630 - Banco Santander	86,41	0,00	0,00	86,41	173,56
Empréstimo C/ Garantida Banco Santander - 1550	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Giro Bonificado 6970 - Banco Santander	0,00	0,00	0,00	0,00	61,25
Cheque Especial Banco Santander - C/C 13.000617-4	142,60	0,00	0,00	142,60	190,37
Empréstimo Banco Sicredi Vanguarda Pr/Sp/Rj (B57530161)	460,77	-159,62	476,80	777,94	1.079,08
Cheque Especial Banco Itau	0,00	0,00	0,00	0,00	149,94
Empréstimo C/ Garantida Sicredi (B57530311-3)	0,00	0,00	0,00	0,00	100,95
Empréstimo Capital De Giro 7910 - Banco Santander	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Empréstimo C/ Garantida Banco Santander - 1700	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00

1.158,23 -377,35 861,04 1.641,90 2.085,15

11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2016 e 2015.

	Legislação societária	
	2016	2015
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,34	2,34
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	55,29	78,50
Bandeiras Tarifárias	21,65	146,97
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	140,95	172,19
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	39,99	34,03
Total	260,22	434,03

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2016 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

Legislação societária

Contingência	2016			2015		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	(8,35)	52,45	52,45	0,00	60,80	60,80
Subtotal	(8,35)	52,45	52,45	-	60,8	60,80
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	-6,85	29,97	29,97	13,28	36,82	36,82
Subtotal	-6,85	29,97	29,97	13,28	36,82	36,82
Outros						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5,50	5,50	5,50	0,00	0,00	0,00
Subtotal	5,50	5,50	5,50	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(9,70)	87,92	87,92	13,28	97,62	97,62

- **Contingências Trabalhistas**

Não ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2016, apenas baixas de R\$ 8,35 e saldo de R\$ 52,45 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2016.

- **Contingências Cíveis**

Não ocorreram provisões no exercício de . Apenas baixas no valor de R\$ 6,85 mil e saldo de R\$ 29,97 mil.

- **Outras Contingências**

Ocorreram outras provisões no exercício de 2016 no valor de R\$ 5,50 mil.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,81 (Reais/mil), composto conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2016		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	17	0,14%
CONSELHO FISCAL 2016		

NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Anísio Rodrigues da Costa	3	0,03%
Gilmar de Lima Almeida	15	0,13%
Denilson Tavares	2	0,02%
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	1	0,01%
Sub Total	27	0,23%
<u>DEMAIS COOPERADOS 2016</u>		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.756	99,63%
Total geral	11.800	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total da Reserva de Capital	0,00	0,00

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2016	2015
Reserva legal	0,00	402,10
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	520,03	520,03
Reservas Estatutárias	0,00	0,00
	520,03	922,13
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-292,21	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	-334,08	-1.004,48
Capital social	63,81	63,81
Sub Total	(562,48)	(940,67)
Total das Reservas	-42,45	-18,54

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2016 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2016 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	4.705	4.558	17.995,83	18.790,52	9.133,56	7.717,59
Residencial	3.843	3.707	7.459,40	7.736,91	4.072,01	3.462,62
Industrial	4	4	176,89	7.263,92	98,23	89,96
Comercial	559	548	6.937,58	201,47	3.820,46	3.177,22
Rural	273	273	1.786,22	1.942,07	636,38	560,30
Poder público	17	17	108,14	132,24	60,78	59,92
Iluminação pública	8	8	1.525,11	1.509,65	444,51	366,01
Serviço público	1	1	2,49	4,26	1,19	1,56
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	8.401,87	6.923,31

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2016 e 2015 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2016	2015	Reais Mil	
			2016	2015
Ampla Energia e Serviços S/A	18.209,79	18.616,85	2.767,34	2.574,65
PROINFA	348,25	478,62	142,15	110,58
Total	18.558,04	19.095,47	2.909,49	2.685,23

20. Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Despesas		Despesas		Despesas	
	Com vendas		Operacionais		Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	1.672,60	1.652,76	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	701,90	649,95	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	54,87	53,12	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	21,28	3,59	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	-8,55	-125,06	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	233,36	207,45	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	2.675,46	2.441,81	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	285,66	191,34	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	783,52	830,89	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	143,50	59,69	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	276,14	253,78	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	99,51	31,65	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	79,11	3,37	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	20,40	28,28	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	2.879,47	2.691,57	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tributos	0,00	0,00	20,08	27,28	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	2.815,77	1.010,77	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	5.715,32	3.729,62	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	9.979,11	7.538,78	0,00	0,00

21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2016	2015
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1.520,78	0,00	0,00	1.520,78	1.238,21
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.520,78	0,00	0,00	1.520,78	1.238,21
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.520,78	0,00	0,00	1.520,78	1.238,21

22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2016	2015
Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.472,91	(1.004,48)
Ajustes Lalur	(1.286,24)	262,13
Base de Calculo Fiscal	186,67	(742,35)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-44,80	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-44,80	0,00

23. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2016.

24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e cestas básicas.

25. Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2016 e 2015. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2016	2015
Remuneração	549,72	504,37
Encargos	109,94	100,87
Total	659,66	605,24

26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2016 e 2015.

27. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES parcelou o ICMS através da Anistia Convênio 128/2013, através dos seguintes requerimentos e saldos em 12/2016:

- E14-010.000.817/2014 – Valor Consolidado da Dívida: R\$ 3.742,50

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Especial RFB/PGFN da Lei 12.996/2014 - Dívida Ativa - Previdenciário

Valor: R\$ 96,07

- Parcelamento Simplificado Previdenciário INSS/RFB

Valor: R\$ 114,44

28. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Vlr segurado	Prêmio
Seguro Predial	29/05/2016 a 29/05/2017	700,00	1,45
Seguro Capital de Giro	24/03/2016 a 24/03/2019	439,44	18,98
Seguro de Vida	13/01/2016 a 13/01/2017	1.438,93	22,28

Edificações nomeadas – Na apólice contratada da ZURICH EMPRESA SANTANDER, foi segurada a edificação abaixo relacionada:

EDIFICAÇÃO SEDE ADMINISTRATIVA RESENDE, SITUADA NA RUA AGULHAS NEGRAS, Nº 85, MONTESE, RESENDE/RJ, COM ÁREA TOTAL DE 572,67M²

29. Eventos Subsequentes

29.1 Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4 – 2016 postergado à 2017.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B” regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,
- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo trazerem ao Conselho de Administração da Permissionária a gerência sobre os chamados Custos Gerenciáveis. Tal autonomia, devidamente fiscalizada pelo Conselho Fiscal da CERES, poderá adaptar a tarifa de cada ano à realidade da CERES, do Rio de Janeiro e a do Brasil.

Vale salientar que, nesta modalidade tarifária, existe um teto regulatório, que foi resultante da Primeira Revisão Tarifária realizada pela regulamentação PRORET 8.1, devidamente atualizada, e, com possibilidade de autonomia na ordem de 20%.

Ainda nesta linha, ao aderir à nova regulamentação, deixou de existir a chamada “Bolha Financeira”, que nos permitiu estornar os efeitos remanescentes de 2012, e, assim, auxiliar nossa Permissionária a reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Como toda a regulamentação acima descrita acabou por ter seus prazos findos após o aniversário tarifário de nossa Empresa, a ANEEL prorrogou a vigência da tarifa 2015/2016 para o ciclo 2016/2017 de forma a não prejudicar a operação da Permissionária. Ocorre que, no aniversário tarifário de 2017, a Revisão Tarifária Periódica de 2016 será realizada e, seus efeitos aplicados de forma retroativa. Nosso Departamento Contábil, aplicando o princípio da prudência, fez uma provisão do mínimo valor desta Bolha Financeira, contudo, os cálculos finais serão registrados após a publicação do Órgão Regulador no exercício de 2017.

29.2) Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu a meta regulatória em 2016, onde tanto o DEC como o FEC figuraram dentro da margem publicada. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, cuja certificação vigora até o ano de 2017, quando buscaremos a re-certificação.

Ano de 2016:

Limites Regulatórios: DEC: 29 FEC 14

Realizado: DEC 24,18 e FEC 10,03

Para o ano de 2017, nossos limites Regulatórios são:

DEC 28 FEC 13

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2016, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinamentos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstração do Balanço Social - 2016 e 2015
(Valores expressos em R\$/Mil)

	2016			2015		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			10.824,74			7.251,79
Lucro Operacional (LO)			811,92			(53,97)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.338,95			3.051,76
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	54,87	1,64%	0,51%	53,12	1,59%	0,49%
Encargos sociais compulsórios	820,84	24,58%	7,58%	750,82	22,49%	6,94%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	107,91	3,23%	1,00%	94,03	2,82%	0,87%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2,80	0,08%	0,03%	4,09	0,12%	0,04%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	43,73	1,31%	0,40%	46,75	1,40%	0,43%
Outros Benefícios	60,60	1,81%	0,56%	61,97	1,86%	0,57%
Total	1.090,75	32,67%	10,08%	1.010,78	30,27%	9,34%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	11,17	1,38%	0,10%	17,22	2,12%	0,16%
Total de contribuições para a sociedade	11,17	1,38%	0,10%	17,22	2,12%	0,16%
Tributos - excluídos encargos sociais	107,02	13,18%	0,99%	90,27	11,12%	0,83%
Total	118,19	14,56%	1,09%	107,49	13,24%	0,99%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

	2016	2015
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	42	47
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	5	6
Ensino médio	30	32
Ensino fundamental	7	9
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	7	12
De 30 até 45 anos (exclusive)	16	21
Acima de 45 anos	19	14
Admissões durante o período	1	8
Mulheres que trabalham na empresa		19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	17	10,52
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	50,00	50,00
Negros que trabalham na empresa	10	15
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	20	13,33
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	33,33	50,00
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	76	70
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,92	11,46
Maior remuneração	8.481,29	7.675,38
Menor remuneração	1.070,56	880,00
Acidentes de trabalho	2	0

31. Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, sendo que, ao término do exercício de 2016, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 10.824,74 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 49,27 % que foi de R\$ 7.251,79 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2016 foram de 4.705, já em 2015 foi de 4.558 ocasionando um aumento de 3,23% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2016 importou em R\$ 2.675,46 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.441,80 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 9,57% em relação ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2016, importou em R\$ (1.393,40) (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2015, houve um Resultado Financeiro R\$ (950,51) (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coefficientes	Fórmula	Unidade	2016	2015
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,46	0,57
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,45	0,55
Absoluta	AD / PC	R\$	0,00	0,00
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	1,00	1,00
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	(4,87)	(11,73)
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	6,80	(0,63)
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	(5,25)	(11,73)
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	(981,49)	(1.574,17)
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	1.475,71	5.420,83
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	(5,19)	(9,48)
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	100,35	100,17
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	(0,35)	(0,17)
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	29,07	31,76
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	768,69	865,66
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	5.500,47	5.275,58
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	(3,72)	(2,03)

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônioal
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônioal
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos Fiscais

Período Apurado	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2016	IRF a Compensar	5,49	0,00	5,49
31/12/2016	Contribuição Social Lucro Líquido a Compensar	6,16	0,00	6,16
31/12/2016	Refis a Recuperar	103,43	0,00	103,43
31/12/2016	PIS a Compensar	0,42	0,00	0,42
31/12/2016	COFINS a Compensar	1,94	0,00	1,94
31/12/2016	FGTS a compensar (Pago a Maior)	0,06	0,00	0,06
31/12/2016	INSS a compensar (Pago a Maior)	1,94	0,00	1,94
31/12/2016	ISS a Compensar	0,04	0,00	0,04
31/12/2016	PIS s/ salários a compensar (Pago a Maior)	0,01	0,00	0,01
Total Geral				120,82

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33. Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

34. Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Ampla Energia e Serviços S. A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2016 na CERES

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de março/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologória No. 2.024/2016/ANEEL. Neste sentido, para amenizar o impacto econômico e financeiro, e, atendendo ao princípio de prudência e ao regime de competência, apropriamos Bolha

Financeira Positiva na ordem de R\$ 458,66 mil. Nossa RTP 2016 deverá ocorrer em abril/2017 com efeitos retroativos.

38. Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	R\$ mil				OBS: Manteve Reajuste 03/15
	Revisão 03/12	REAJUSTE 03/13	REAJUSTE 03/14	REAJUSTE 03/15	REAJUSTE 03/16
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	10.783,86	11.145,12	11.929,74	12.472,54	12.472,54
b) (-) Depreciação Acumulada	-4.379,52	-4.526,23	-4.844,88	-5.065,32	-5.065,32
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	33,07	-34,18	-36,58	-38,24	-38,24
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	6.371,27	6.584,71	7.048,28	7.368,98	7.368,98
e) (+) Almojarifado	32,35	33,44	35,79	37,42	37,42
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	6.403,63	6.618,15	7.084,06	7.406,40	7.406,40
g) (+) Investimento previsto no Xe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	6.403,63	6.618,15	7.084,06	7.406,40	7.406,40

i) Bens 100% depreciados	1.176,16	1.215,56	1.301,13	1.360,33	1.360,33
j) Variação do IGPM		3,35%	7,04%	4,55%	4,55%
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,00%					

OBS: Devido a postergação da Revisão Tarifária para o exercício de 2017, manteve o mesmo investimento remunerável para o reajuste 03/2016.

40. Reajuste Tarifário

Em virtude da não conclusão das normas e, conseqüente não realização de nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica no exercício de 2016, nossa tarifa permaneceu congelada aos valores da tarifa 2015/2016. Durante o exercício de 2017 será realizada a Segunda Revisão Tarifária da CERES com efeitos retroativos à 2016, e, passo contínuo, o Reajuste Tarifário para o ciclo tarifário de 2017/2018.

41. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2016 e anteriores.

42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2016 e 2015 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 268,00 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2016 foram utilizados as seguintes contas:

	2016	2015
Lucro/Prejuízo Líquido	-626,29	-1.004,48
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	573,35	207,46
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	44,80	0,00
Depreciação e Amortização	276,14	253,78

268,00

-543,24

44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2016

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		3.179,08	-	3.179,08	-	3.179,08
Caixa e equivalentes de caixa		6,25	-	6,25	-	6,25
Consumidores		1.166,31	-	1.166,31	-	1.166,31
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,49	-	0,49	-	0,49
Tributos compensáveis		120,82	-	120,82	-	120,82
Depósitos judiciais e cauções		455,03	-	455,03	-	455,03
Almoxarifado operacional		101,72	-	101,72	-	101,72
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		984,79	-	984,79	-	984,79
Despesas pagas antecipadamente		20,82	-	20,82	-	20,82
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		322,85	-	322,85	-	322,85
Ativo não circulante		11.893,25	(2.996,67)	8.896,58	-	8.896,58
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		138,10	-	138,10	-	138,10
Investimentos temporários		-	-	-	-	-

Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	7,91	-	7,91	-	7,91
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	3.303,77	1.936,69	5.240,46	(1.936,69)	3.303,77
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,26	-	0,26	-	0,26
Imobilizado	8.396,41	(7.905,91)	490,50	4.909,24	5.399,74
Intangível	46,80	2.972,55	3.019,35	(2.972,55)	46,80
Total do ativo	15.072,33	(2.996,67)	12.075,66	-	12.075,66

Passivo					
Passivo circulante	6.901,38	-	6.901,38	-	6.901,38
Fornecedores	2.942,25	-	2.942,25	-	2.942,25
Empréstimos, financiamentos e debêntures	780,87	-	780,87	-	780,87
Obrigações sociais e trabalhistas	792,32	-	792,32	-	792,32
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	556,18	-	556,18	-	556,18
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	260,23	-	260,23	-	260,23
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	858,42	-	858,42	-	858,42
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	711,11	-	711,11	-	711,11
Passivo não circulante	5.216,73	-	5.216,73	-	5.216,73
Fornecedores	7,91	-	7,91	-	7,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	861,04	-	861,04	-	861,04
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	3.459,30	-	3.459,30	-	3.459,30
Provisão para litígios	87,91	-	87,91	-	87,91
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-

Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	450,96	-	450,96	-	450,96
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	349,61	-	349,61	-	349,61
Total do passivo	12.118,11	-	12.118,11	-	12.118,11

Patrimônio líquido					
Capital social	63,81	-	63,81	-	63,81
Reservas de capital	(224,55)	224,55	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2.996,67	(2.996,67)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(292,21)	-	(292,21)	-	(292,21)
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	520,03	-	520,03	-	520,03
Sobras à disposição da Assembleia	(109,53)	(224,55)	(334,08)	-	(334,08)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.954,22	(2.996,67)	(42,45)	-	(42,45)
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.072,33	(2.996,67)	12.075,66	-	12.075,66

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		12.097,83	(158,76)	11.939,07	-	11.939,07
Fornecimento de energia elétrica		613,72	-	613,72	-	613,72
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.401,87	-	8.401,87	-	8.401,87
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(81,98)	-	(81,98)	-	(81,98)
Serviços cobráveis		43,43	-	43,43	-	43,43
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		315,36	-	315,36	-	315,36
Outras receitas vinculadas		2.805,43	(158,76)	2.646,67	-	2.646,67
Tributos		(86,94)	-	(86,94)	-	(86,94)
ICMS		-	-	-	-	-

PIS-PASEP	(15,42)	-	(15,42)	-	(15,42)
Cofins	(71,52)	-	(71,52)	-	(71,52)
ISS	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.027,40)	-	(1.027,40)	-	(1.027,40)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(42,44)	-	(42,44)	-	(42,44)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(733,12)	-	(733,12)	-	(733,12)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(42,44)	-	(42,44)	-	(42,44)
Taxa de fiscalização	(28,06)	-	(28,06)	-	(28,06)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos	(181,34)	-	(181,34)	-	(181,34)
Receita líquida / Ingresso líquido	10.983,49	(158,76)	10.824,73	-	10.824,73
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.879,47)	-	(2.879,47)	-	(2.879,47)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.737,32)	-	(2.737,32)	-	(2.737,32)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(142,15)	-	(142,15)	-	(142,15)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	8.104,02	(158,76)	7.945,26	-	7.945,26
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.237,71)	(1.895,64)	(7.133,35)	57,22	(7.076,13)
Pessoal e administradores (inclui 663,51 de remuneração a administradores)	(3.338,95)	-	(3.338,95)	-	(3.338,95)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(285,66)	-	(285,66)	-	(285,66)
Serviços de terceiros	(783,52)	-	(783,52)	-	(783,52)
Arrendamento e aluguéis	(143,50)	-	(143,50)	-	(143,50)
Seguros	(4,11)	-	(4,11)	-	(4,11)
Doações, contribuições e subvenções	(11,17)	-	(11,17)	-	(11,17)
Provisões	(99,51)	-	(99,51)	57,17	(42,34)
Recuperação de despesas	154,50	-	154,50	-	154,50
Tributos	(20,08)	-	(20,08)	-	(20,08)
Depreciação e amortização	(500,69)	224,55	(276,14)	-	(276,14)
Gastos diversos da atividade vinculada	(171,31)	(2.120,19)	(2.291,50)	0,05	(2.291,45)
Outras Receitas Operacionais	207,77	-	207,77	-	207,77
Outras Gastos Operacionais	(241,48)	-	(241,48)	-	(241,48)
Resultado da Atividade	2.866,31	(2.054,40)	811,91	57,22	869,13
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(1.393,40)	-	(1.393,40)	-	(1.393,40)
Despesas financeiras	(1.520,78)	-	(1.520,78)	-	(1.520,78)

Receitas financeiras		127,38	-	127,38	-	127,38
Operações com não Associados		0,00	0,00	0,00	710,94	710,94
Resultado de operações com não associados		-	-	-	247,41	247,41
Efeitos IFRS		-	-	-	177,12	177,12
Compensação de Prejuízos Anteriores		-	-	-	286,41	286,41
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		1.472,91	(2.054,40)	(581,49)	768,16	186,67
Despesa com impostos sobre os lucros		(44,80)	-	(44,80)	-	(44,80)
Resultado líquido das operações em continuidade		1.428,11	(2.054,40)	(626,29)	768,16	141,87
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		1.428,11	(2.054,40)	(626,29)	768,16	141,87
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		22,38	(32,19)	(9,81)	12,04	2,23
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		22,38	(32,19)	(9,81)	12,04	2,23
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2016

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>63,81</u>	-	-	-	-	922,13	(1.004,48)	-	(18,54)
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	602,38	-	602,38
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(292,21)	-	-	-	(292,21)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(334,08)	-	(334,08)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(402,10)	402,10	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63,81	-	-	-	(292,21)	520,03	(334,08)	-	(42,45)

45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2016, o saldo de 81,35 R\$/MIL.

	SALDO 2015	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
DMR a Reembolsar pela CDE	2,42	14,77	-11,12	6,07
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,00	0,47	-0,42	0,05
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	0,00	456,35	-381,12	75,23
				81,35

46. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição (formação):

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(50,91)	4,50	(46,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,67)	2,91	(36,76)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	1,59	(9,65)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(137,70)	13,41	(124,29)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(114,33)	8,82	(105,51)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	1,86	(0,47)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	1,90	0,48
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,38	(3,92)
Data de aquisição: 02/12/2016	(15,32)	0,45	(14,87)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	4,21	(63,79)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	4,21	(63,79)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			

Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição: 01/08/2016	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição: 01/08/2016	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(256,61)	22,12	(234,49)

47. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC: RJ094000/O-3



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2016 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes LAM AUDITORES INDEPENDENTES, relativo às Demonstrações Contábeis, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

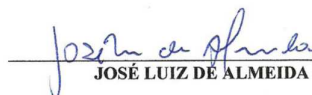
Resende, 30 de março de 2017.


ANÍSIO RODRIGUES DA COSTA


GILMAR DE LIMA ALMEIDA


JORGE VIEIRA CORRÊA


DENILSON TAVARES


JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA


VERA LÚCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ

Rua Agulhas Negras 85
Resende – RJ 27 541 040

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES
(SOCIETÁRIO)**

SEÇÃO VI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA –
“CERES”**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.812,00, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

A cooperativa possui perdas operacionais (resultado negativo) de exercícios anteriores, no montante de R\$ 3.184.907,58, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Resultado Negativo

Sobre os resultados negativos, chamamos atenção para o valor das perdas apuradas no exercício no montante de R\$ 626.283,68, classificada no Patrimônio Líquido em Perdas a Disposição da Assembleia, e perdas de exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.004.479,03, classificado parte no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da CERES em 31 de dezembro de 2015, não foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 30 de março de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2017.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ



Relatório Anual Regulatório 2016

**CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de
Resende Ltda.**

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

www.ceres.coop.br

presidência@ceres.coop.br

Relatório da Administração 2016

(Regulatório)

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

O processo da segunda revisão tarifária da CERES não aconteceu neste exercício e não houve reajuste tarifário, ficando as tarifas congeladas desde março/2015 e as eventuais diferenças para serem compensadas no reajuste anual de abril/2017. Com isso, se por um lado, representou um benefício para os consumidores em geral, por outro, influenciou significativamente os resultados realizados em 2016, além de pressionar de forma relevante o fluxo de caixa da empresa.

O atraso no processo de reposicionamento dos níveis tarifários teve origem na mudança dos procedimentos que seriam aplicados pela Aneel em 2016, sendo o seu aperfeiçoamento feito através da Audiência Pública (AP) nº 62/2015 e que foi concluída somente em 28/03/2016 com a publicação da Resolução Normativa nº 704, e ainda, com prazo para adesão das permissionárias de mais 120 dias e vinculação da alteração de datas de aniversário tarifário para a maioria das permissionárias.

Neste contexto, a AP 062/2015 propôs um novo desenho regulatório para as cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica cujo objeto principal foi permitir maior flexibilidade na definição das tarifas, porém, mantendo-se as características de serviço público regulado, envolvendo basicamente, a assinatura de novo termo aditivo ao contrato de permissão com adesão ao novo procedimento de regulação tarifária – PRORET do Submódulo 8.4 ou se manter no PRORET 8.1 e 8.2 que tratam da revisão e reajustes, vigentes desde 2012.

No caso da Ceres, o termo aditivo ao contrato de permissão foi encaminhado à Aneel em julho/2016 tendo como base os estudos e simulações que indicaram que a adesão para a nova metodologia possibilitaria mais vantagens, sinalizando uma evolução no propósito de recompor o equilíbrio econômico-financeiro.

Vander Leite Gomes

Presidente

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 48 anos de existência.

Em 2016, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um decréscimo de (12,20)% com relação à 2015. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 6,94 GWh (7,26 GWh em 2015). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,53% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (39,73% em 2015).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.705 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 147 novas ligações com destaque 3.843 residenciais, 559 comerciais, 273 rurais e 4 industriais, totalizando 4.705 consumidores atendidos pela Outorgada, número 3,23% superior ao de 2015.

Número de Consumidores

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	3.335	3.436	3.601	3.707	3.843
Comercial	502	529	548	548	559
Industrial	5	5	4	4	4
Rural	267	271	275	273	273
Poderes Públicos	14	14	16	17	17
Iluminação Pública	8	8	8	8	8
Serviço Público	1	1	1	1	1

Total	4.132	4.264	4.453	4.558	4.705
Varição	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%	3,23%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 18,00 GWh (18,79 GWh em 2015).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com diminuições de (3,59)% e (12,20)% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

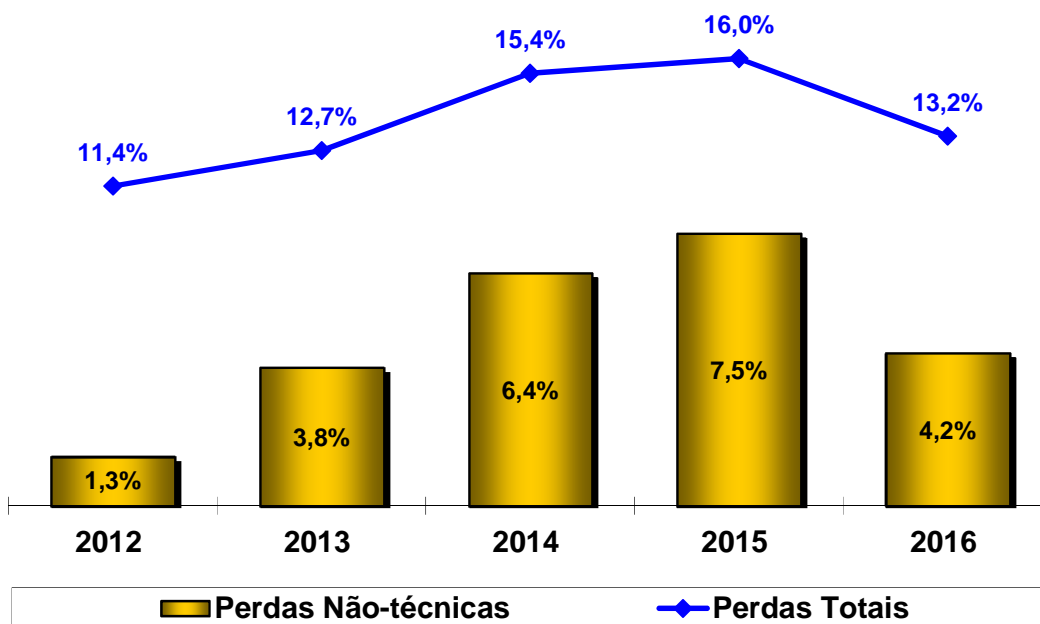
Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Fornecimento	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Residencial	5,72	6,17	6,94	7,74	7,46
Comercial	5,91	6,08	6,69	7,26	6,94
Industrial	0,22	0,19	0,18	0,20	0,18
Rural	1,80	1,75	1,91	1,94	1,79
Poderes Públicos	0,10	0,11	0,14	0,13	0,11
Iluminação Pública	1,42	1,43	1,50	1,51	1,53
Serviço Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Varição	5,29%	3,83%	10,34%	8,17%	-4,23%

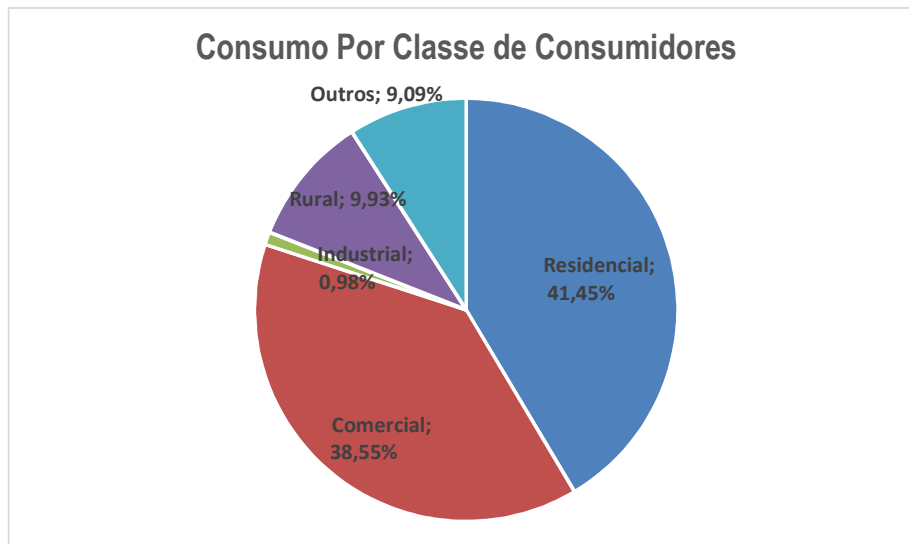
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 7,28% em 2015 para 2016.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00

- Fornecimento	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	15,16	15,74	17,37	18,79	18,00
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	1,95	2,28	3,17	3,57	2,73
Perdas Técnicas	1,72	1,60	1,84	1,88	1,86
Perdas não Técnicas - PNT	0,23	0,69	1,32	1,69	0,88
PNT / Energia Requerida %	1,3%	3,8%	6,4%	7,5%	4,2%
Perdas Totais - PT	1,95	2,28	3,17	3,57	2,73
PT / Energia Requerida %	11,4%	12,7%	15,4%	16,0%	13,2%
Total	17,11	18,03	20,54	22,36	20,73

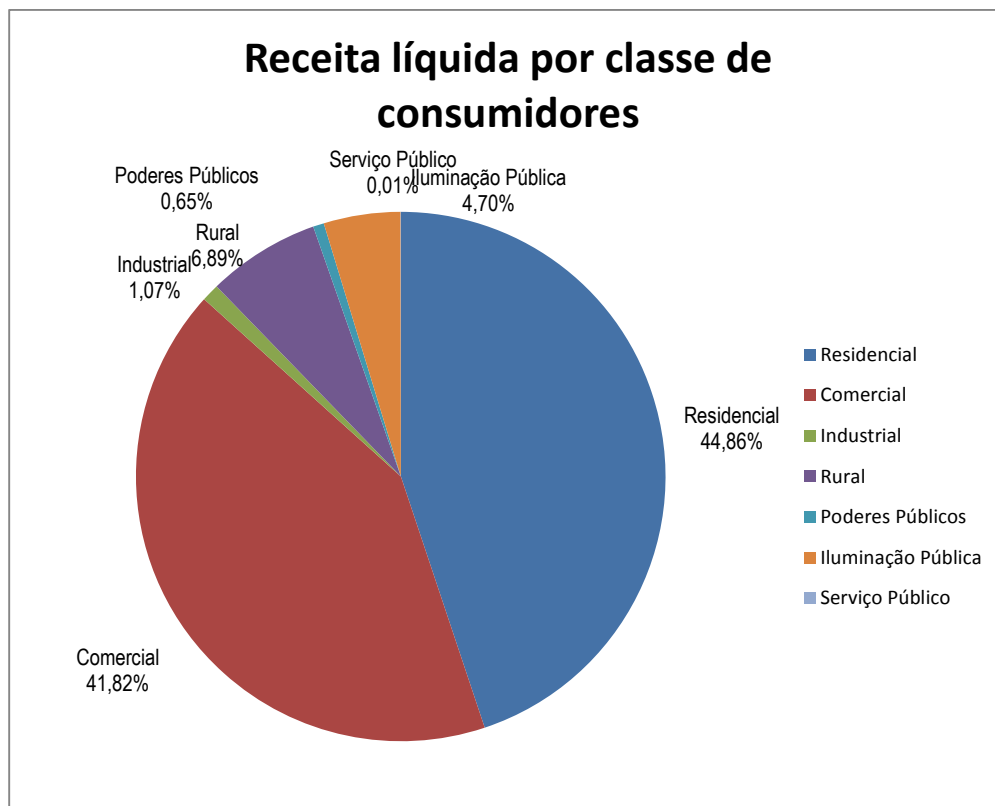




Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 8.830,17 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2016	2015	%
Residencial	3.961,45	3.257,25	21,62%
Comercial	3.692,48	3.001,95	23,00%
Industrial	94,30	83,23	13,30%
Rural	608,53	513,97	18,40%
Outros	473,41	372,12	18,15%
Poderes Públicos	57,65	53,55	7,65%
Iluminação Pública	414,63	317,15	30,74%
Serviço Público	1,13	1,42	-20,24%
Total	8.830,17	7.228,53	22,16%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 3,23 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2016	2015	Var %
Residencial	3.843	3.707	3,67%
Comercial	559	548	2,01%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	273	273	0,00%
Outros	26	26	0,00%
Poderes Públicos	17	17	0,00%
Iluminação Pública	8	8	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.705	4.558	3,23%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 470,93/MWh, com aumento de 26,88% em relação a dezembro de 2015.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.024 de 15/03/2016, foi prorrogada a vigência das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD e das Tarifas de Energia -TE da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende – CERES, que por sua vez, também foi prorrogada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.134 de 30/08/2016, em razão desta Permissionária ter aderido ao Termo Aditivo ao Contrato de Permissão aprovado pela Resolução Normativa nº 704/2016.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	531,07
Comercial	502,28
Industrial	533,08
Rural	317,27

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,19973	0,2812	0,37523	0,46023

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94
2016	24,18	10,03	1,93

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar

reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Externamente, buscou aprimorar a transparência da Empresa perante seus consumidores e sociedade, divulgando certificados de obrigatoriedade municipal, estadual e federal através do seu Site Institucional, além disso, investiu em uma nova ferramenta para emissão de segunda via de faturas, utilizada diretamente pelos cooperados. Este novo módulo, totalmente integrado com o Sistema de Informação utilizado para sua gestão, gerou benefícios no acompanhamento de baixas dessas faturas.

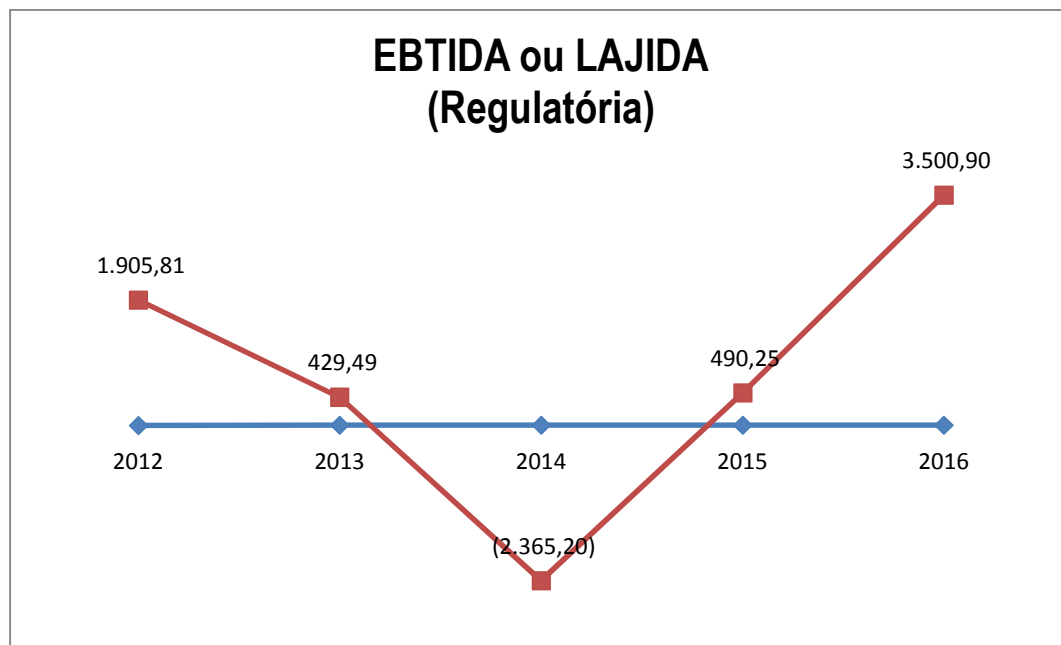
Internamente, foi estabelecida a padronização das estações de trabalho dos colaboradores, a evolução de mecanismos de proteção aos dados e computadores, ampliação do armazenamento de dados e por consequência backups de todas as informações.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as sobras líquidas foram de R\$ 1.428,11 mil, contra R\$ (987,47) mil em 2015, um aumento de 19.278,37%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 10.983,49 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 7.218,98 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 8.083,47 mil, 7,94% superiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um decréscimo de 21,72% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 48,34% contra (3,35)% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.500,90 mil, superior em 614,11% a 2015, que foi de R\$ 490,25 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2016, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 514,08 mil, 134,24% inferiores em relação à 2015, dos quais R\$ 514,08 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AIS Bruto ¹	349,00	1.204,20	514,08	462,67	416,40	374,76	337,28	303,56
Transformador de Distribuição	65,00	126,41	78,44	70,59	63,53	57,18	51,46	46,32
Medidor	50,00	58,28	81,14	73,03	65,72	59,15	53,24	47,91
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	126,00	916,93	287,40	258,66	232,79	209,51	188,56	169,71
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	108,00	102,58	67,10	60,39	54,35	48,92	44,02	39,62
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-

Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2016	514	463	416	375	337	304

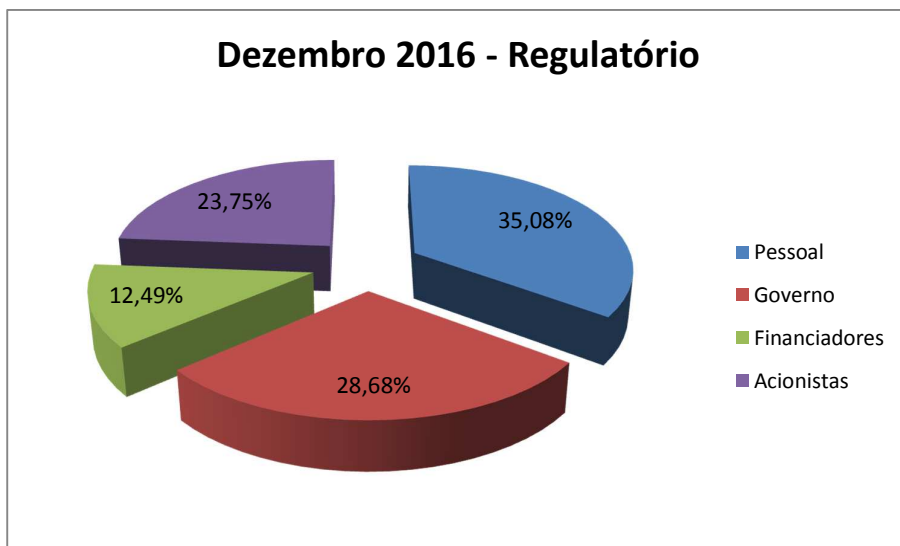
R\$ Mil	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2015	416	374	337	303	273	

Diferença	23,6%	23,7%	23,6%	23,7%	23,5%	100,0%
-----------	-------	-------	-------	-------	-------	--------

Os principais motivos das diferenças apresentadas são:

- 2016 – Realização de obras de renovação não previstas devido a componentes avariados, bom como a realização de melhorias não previstas na Rede para garantir a qualidade do sistema, reajuste no orçamento e no preço dos materiais;
- 2017 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2018 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2019 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2020 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2021 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios.

Valor adicionado regulatório: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 6.799,59 mil, representando 56,21% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2016 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2016, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2016 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2016	2015	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.705	4.558	3,23%
Número de empregados	42	47	-10,64%
Número de consumidores por empregado	112	97	15,50%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	7,24	5,22	38,70%
Distribuição direta (GWh)	18,00	18,80	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	621.617	644.743	-3,59%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	448,32	350,46	27,92%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	531,07	421,19	26,09%
Comercial	502,28	391,41	28,33%
Industrial	533,08	413,66	28,87%
Rural	317,27	258,39	22,79%
Suprimento	38,05	34,72	9,58%
DEC (horas)	24,18	25,95	-6,82%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	14,92	14,39	3,68%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,9	3,85	1,30%
FEC (número de interrupções)	10,03	9,49	5,69%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,08	2,61	-20,31%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	413,75	405,16	2,12%
Capacidade instalada (MW)	17,47	16,41	6,49%

Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	12.097,83	8.532,52	41,78%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	10.983,49	7.218,98	52,15%
Margem operacional do serviço líquida (%)	10,15%	18,20%	-44,24%
EBITDA OU LAJIDA	3.500,90	490,25	614,11%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.428,11	-987,47	-244,62%
Lucro líquido por mil cotas	1.428,11	-987,47	-244,62%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	2.954,23	1.021,74	189,14%
Valor patrimonial por cota R\$	2.954,23	1.021,74	189,14%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,48	-0,97	-150,02%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	4,10	12,93	-68,27%
Em moeda nacional (%)	4,10	12,93	-68,27%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	2,41	1,93	24,60%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	433,57	396,10	9,46%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	3,86	4,08	-5,39%
Retorno de ativos por unidade	0,34	0,00	-8600,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Resende (RJ), 22 de abril de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2016

(REGULATÓRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2016	2015
Ativos		
Ativo Circulante	3.179,08	3.017,44
Caixa e equivalentes de caixa	6,25	23,04
Consumidores	1.166,31	1.589,61
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,49	58,38
Tributos compensáveis	120,82	117,61
Depósitos judiciais e cauções	455,03	494,91
Almoxarifado operacional	101,72	87,72
Investimentos temporários	-	3,99
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	984,79	309,91
Despesas pagas antecipadamente	20,82	20,00
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	322,85	312,27
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	11.893,25	11.211,20
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	138,10	153,97
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-

Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	7,91	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	3.303,77	2.587,73
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,26	0,21
Imobilizado	8.396,41	8.406,25
Intangível	46,80	63,04

Total do ativo	15.072,33	14.228,64
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	6.901,38	4.979,63
Fornecedores	2.942,25	1.328,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures	780,87	1.220,80
Obrigações sociais e trabalhistas	792,32	442,49
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	556,18	525,86
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	260,23	434,03
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	858,42	242,09
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	711,11	785,42
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	5.216,73	8.227,28
Fornecedores	7,91	487,26
Empréstimos, financiamentos e debêntures	861,04	864,36
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	3.459,30	3.675,61
Provisão para litígios	87,91	97,61
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	2.346,77

Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	450,96	451,81
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	349,61	303,86

Total do passivo	12.118,11	13.206,91
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	2.954,22	1.021,73
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	(224,55)	(2.698,02)
Outros resultados abrangentes	2.996,67	3.319,22
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(292,21)	(6,56)
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	520,03	922,13
Sobras à disposição da Assembleia	(109,53)	(578,85)
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	2.954,22	1.021,73
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	15.072,33	14.228,64
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	12.097,83	8.532,51
Fornecimento de energia elétrica	613,72	619,71
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.401,87	6.923,31
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(81,98)	257,73
Serviços cobráveis	43,43	38,45
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	315,36	321,08
Outras receitas	2.805,43	372,23
Tributos	(86,94)	(62,99)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(15,42)	(11,17)
Cofins	(71,52)	(51,82)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.027,40)	(1.250,53)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(42,44)	(38,19)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(42,44)	(38,19)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(733,12)	(726,03)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,06)	(28,43)

Outros encargos	(181,34)	(419,69)
-----------------	----------	----------

Receita líquida / Ingresso líquido	10.983,49	7.218,99
---	------------------	-----------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.879,47)	(2.691,57)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.879,47)	(2.691,57)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	8.104,02	4.527,42
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.237,71)	(4.564,38)
Pessoal e administradores	(3.338,95)	(3.051,76)
Material	(285,66)	(191,34)
Serviços de terceiros	(783,52)	(830,89)
Arrendamento e aluguéis	(143,50)	(59,69)
Seguros	(4,11)	(3,63)
Doações, contribuições e subvenções	(11,17)	(17,22)
Provisões	(99,51)	(31,65)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	154,50	73,36
Tributos	(20,08)	(27,28)
Depreciação e amortização	(500,69)	(495,53)
Gastos diversos	(171,31)	(161,77)
Outras Receitas Operacionais	207,77	298,41
Outras Despesas Operacionais	(241,48)	(65,39)

Resultado da Atividade	2.866,31	(36,96)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(1.393,40)	(950,51)
Despesas financeiras	(1.520,78)	287,70
Receitas financeiras	127,38	(1.238,21)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.472,91	(987,47)
Despesa com impostos sobre os lucros	(44,80)	-
Resultado líquido das operações em continuidade	1.428,11	(987,47)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	22,38	(15,48)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	22,38	(15,48)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63,81	(2.715,02)	3.841,65	915,15	-	-	203,40	-	2.308,99
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.004,48)	-	(1.004,48)

(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	17,00	(522,43)	-	(6,56)	-	425,64	-	(86,35)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(203,40)	-	(203,40)
Reserva legal	-	-	-	(395,12)	-	402,10	-	-	6,98
FATES	-	-	-	(520,03)	-	520,03	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	(2.698,02)	3.319,22	-	(6,56)	922,13	(578,84)	-	1.021,74
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	602,38	-	602,38
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(292,21)	-	-	-	(292,21)
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	2.473,47	(322,55)	-	6,56	-	(201,09)	-	1.956,39
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(334,08)	-	(334,08)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(402,10)	402,10	-	-
FATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	63,81	(224,55)	2.996,67	-	(292,21)	520,03	(109,53)	-	2.954,22

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

Notas	Notas	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.620,60	(1.422,43)
1	Fornecimento de Energia	8.933,51	7.867,34
2	Suprimento de Energia	-	-
3	TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
4	Suprimento a Concessionárias	-	-
5	Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
6	Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
7	Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	389,85	174,24
8	Outros Recebimentos Operacionais	344,28	147,63
9	Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.504,28)	(1.569,47)
10	Fornecedores - Energia Elétrica	(2.277,67)	(2.795,57)
11	Salários e Encargos Sociais	(2.634,81)	(2.484,08)
12	Tributos sobre a Receita - Federais	(177,40)	(147,80)
13	Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(165,54)	(487,84)
14	Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	-
15	Encargos de Transmissão	-	-
16	Demais Encargos Regulatórios	(809,92)	(905,74)
17	Outras Despesas Operacionais	(477,42)	(1.221,14)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(148,75)	(133,36)
18	Aquisição de Participações Societárias	-	-
19	Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
20	Investimentos	-	-
21	Imobilizado	(163,24)	(128,36)
22	Intangível	-	-
23	Participação Financeira do Consumidor	-	-
24	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
25	Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-

26	Proventos Recebidos	14,49	(5,00)
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.471,85	(1.555,79)
	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.488,64)	1.495,60
27	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	729,64	4.063,48
28	Empréstimos e Financiamentos Pagos	(2.218,28)	(2.567,88)
29	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
30	Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
31	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
32	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
33	Integralização de Capital	-	-
	CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16,79)	(60,19)
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16,79)	(60,19)
	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16,79)	(60,19)
	No início do exercício	23,04	83,23
	No fim do exercício	6,25	23,04
	diferença	0,00	0,00

NOTAS EXPLICATIVAS

2016

(REGULATÓRIO)

CERES

Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas a declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, conforme apresentado no item 4 das notas explicativas societárias exceto ao que se estabelece abaixo.

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de abril de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos

empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações

monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de

serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2016	Total 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	859,01	-	208,84	41,00	79,26	551,72	(633,71)	62,38	-	-	-	(14,08)	1.154,42	1.570,93
Residencial	335,78	-	112,08	4,72	11,13	53,92	(69,78)	29,61	-	-	-	(11,91)	465,55	495,21
Industrial	8,32	-	1,76	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,08	12,36
Comercial	331,12	-	77,61	36,00	64,82	22,05	(86,87)	20,83	-	-	-	(2,17)	463,39	528,20
Rural	52,28	-	6,80	0,28	0,10	5,03	(5,03)	-	-	-	-	-	59,46	69,85
Poderes Públicos	4,52	-	1,31	-	-	6,03	(6,03)	-	-	-	-	-	5,83	40,26
Iluminação Pública	35,83	-	9,28	-	3,21	464,51	(464,51)	11,94	-	-	-	-	60,26	252,06
Serviço Público	0,09	-	-	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	0,09	1,05
Serviço Taxado	7,85	-	-	-	-	-	(1,31)	-	-	-	-	-	6,54	5,64
Fornecimento Não Faturado	83,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83,22	166,30
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	859,01	-	208,84	41,00	79,26	551,72	(633,71)	62,38	-	-	-	(14,08)	1.154,42	1.570,93

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2016 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	13.528,72	535,79	(76,94)	-	(209,37)	13.778,20	458,85	(6.420,94)	7.357,26	7.424,24	-	-	-
Terrenos	101,84	-	-	-	-	101,84	-	-	101,84	101,84	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	241,68	21,70	(10,82)	-	-	252,56	10,88	(82,20)	170,36	163,75	-	-	-
Máquinas e equipamentos	12.491,94	514,09	(65,30)	-	(209,37)	12.731,36	448,79	(5.732,21)	6.999,15	7.037,06	-	-	-
Veículos	613,77	-	-	-	-	613,77	-	(548,51)	65,26	94,22	-	-	-
Móveis e utensílios	79,49	-	(0,82)	-	-	78,67	(0,82)	(58,02)	20,65	27,37	-	-	-
Administração	690,19	1,12	(1,09)	-	-	690,22	0,03	(285,63)	404,59	430,79	-	-	-
Terrenos	52,08	-	-	-	-	52,08	-	-	52,08	52,08	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	505,49	-	-	-	-	505,49	-	(185,26)	320,23	337,06	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,47	-	-	-	-	10,47	-	(4,71)	5,76	6,90	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	122,15	1,12	(1,09)	-	-	122,18	0,03	(95,66)	26,52	34,75	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.218,91	536,91	(78,03)	-	(209,37)	14.468,42	458,88	(6.706,57)	7.761,85	7.855,03	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	533,30	710,74	-	(613,60)	-	630,44	97,14	-	630,44	533,30	-	-	-
Máquinas e equipamentos	48,86	710,74	-	(514,09)	-	245,51	196,65	-	245,51	48,86	-	-	-
Outros	484,44	-	-	(99,51)	-	384,93	(99,51)	-	384,93	484,44	-	-	-
Administração	17,92	-	-	(13,80)	-	4,12	(13,80)	-	4,12	17,92	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	17,92	-	-	(13,80)	-	4,12	(13,80)	-	4,12	17,92	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	551,22	710,74	-	(627,40)	-	634,56	83,34	-	634,56	551,22	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	14.770,13	1.247,65	(78,03)	(627,40)	(209,37)	15.102,98	542,22	(6.706,57)	8.396,41	8.406,25	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	221,36	-	-	-	-	221,36	-	(184,62)	36,74	53,43
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Softw ares	221,36		-		-	221,36	-	(184,62)	36,74	53,43
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	13,44	-	-	-	-	13,44	-	(6,27)	7,17	9,61
Softw ares	13,44		-		-	13,44	-	(6,27)	7,17	9,61
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	234,80	-	-	-	-	234,80	-	(190,89)	43,91	63,04
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	2,89	-	-	-	2,89	2,89	-	-	-
Softw ares	-	2,89	-	-	-	2,89	2,89	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	2,89	-	-	-	2,89	2,89

Total do Ativo Intangível	234,80	2,89	-	-	-	237,69	2,89	(190,89)	46,80	63,04
----------------------------------	---------------	-------------	----------	----------	----------	---------------	-------------	-----------------	--------------	--------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	12.491,94	514,09	(65,30)	-	(209,37)	12.731,35	448,79
Transformador de Distribuição	3.150,50	78,44	(31,99)	-	(161,14)	3.035,80	46,44
Medidor	826,48	81,14	(15,75)	-	(9,87)	882,00	65,40
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.349,86	287,41	(11,11)	-	(25,08)	1.601,07	276,30
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.165,10	67,10	(6,45)	-	(13,27)	7.212,48	60,65
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-

Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2016			2015	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-

Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	6,68	13.778,20	(6.420,94)	7.357,26	7.424,23
Custo histórico	3,55	6.734,45	(2.373,86)	4.360,59	4.105,02
Correção monetária especial				-	-
Reavaliação	3,13	7.043,75	(4.047,08)	2.996,67	3.319,21
Administração	3,84	690,22	(285,63)	404,59	430,79
Custo histórico	3,84	690,22	(285,63)	404,59	430,79
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-		-	-	
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	634,56	-	634,56	551,22
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	630,44	-	630,44	533,30

Administração	-	4,12	-	4,12	17,92
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adustras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	11,70	10,00	-	-	-	-	21,70
Máquinas e Equipamentos	377,37	-	119,78	-	-	16,94	514,09
Móveis e Utensílios	1,12	-	-	-	-	-	1,12
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	390,19	10,00	119,78	-	-	16,94	536,91

Observação: Para Outorgadas que tenham contabilizado reavaliação de elementos de ativos imobilizados, deve ser incluído na Nota um texto sobre a reavaliação, informando todos os detalhes pertinentes.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação

Distribuição	
---------------------	--

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração central	-
------------------------------	---

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CABO DE ALUMÍNIO, PROTEGIDO XLPE, BITOLA 2 AWG, MONOFÁSICO	18,23
2 - EDIFICAÇÃO SALA DE REUNIÃO DO PENEDO , COM 65M², ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO.	16,37
3 - CONJ. MEDICAO 15 KV CMT 15150	12,68
4 - POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10 METROS 300 DAN	11,74
5 - POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11 METROS 300 DAN	9,69

6 - POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11 METROS 300 DAN	9,09
7 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x70+70MM², TRIFÁSICO	8,47
8 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x50+50MM², TRIFÁSICO	8,12
9 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x70+70MM², TRIFÁSICO	7,76
10 - POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 11 METROS DAN MÉDIO	7,61

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS ESTACIONAMENTO ATENDIMENTO PENEDO - COBERTURA EM TELHA TRAPEZOIDAL, COM PISO EM BLOQUETE, COM TOLTAL DE 10 VAGAS NÃO DELIMITADAS ÁREA TOTAL = 185,15M²	8,23
2 - EDIFICAÇÃO GARAGEM I, COM 117,31 M², ESTRUTURA DE PILARES, VIGAS, BALDRAMES E SAPATAS EM CONCRETO 18MPA, VEDAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO, ESQUADRIAS BASCULANTES E JANELAS EM FERRO E VIDRO, CONTRA-PISO EM CONCRETO 18MPA, REVESTIMENTO EM CAL, PÉ DIREITO DE 3,7M, UTILIZADO COMO OFICINA E FERRAMENTARIA	2,59
3 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	2,01
4 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 15 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,82

5 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 15 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,61
6 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 7,96 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 230/115 V, 10 KVA, MONOFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,59
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 15 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,47
8 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, 15 KVA, TRIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,47
9 - MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	1,44
10 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 254/127 V, 15 KVA, BIFÁSICO, PROTEÇÃO CONVENCIONAL	1,41

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERES não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2015.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2014 e 2015. Tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	309,91	679,10	-	-	(4,22)	984,79	-	984,79	984,79	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	309,91	43,66	-	-	(4,22)	349,35	-	349,35	349,35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	458,67	-	-	-	458,67	-	458,67	458,67	-
Outros	-	176,77	-	-	-	176,77	-	176,77	176,77	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	309,91	679,10	-	-	(4,22)	984,79	-	984,79	984,79	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.588,84	333,20	-	1,07	(2.064,69)	858,42	-	858,42	858,42	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	63,56	284,92	-	-	(18,90)	329,58	-	329,58	329,58	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	2.346,76	-	-	-	(2.346,76)	-	-	-	-	-
Outros	178,52	48,28	-	1,07	300,97	528,84	-	528,84	528,84	-

Total Passivos Financeiros Setoriais	2.588,84	333,20	-	1,07	(2.064,69)	858,42	-	858,42	858,42	-
---	-----------------	---------------	----------	-------------	-------------------	---------------	----------	---------------	---------------	----------

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação	Tipo de garantia	Indexado ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistêmica de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	780,86	861,03	1.641,89					208,08 %							638,27	613,18	247,85	-	-	-	1.499,29
EMPRÉSTIMO GIRO BONIFICADO 6630 - BANCO SANTANDER		86,41	-	86,41	Sim	17/09/2014	Não há	Diversos	37,03%	17/01/2017	Mensal	17/01/2017	17/09/2017	Mensal	Outro, especif. no cronograma	86,41	-	-	-	-	-	86,41

EMPRÉSTIMO GIRO BONIFICADO 8330 - BANCO SANTANDER		129,48	251,06	380,54	Sim	24/03/2016	Não há	Diversos	44,41%	24/04/2017	Mensal	24/01/2017	24/03/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	129,48	190,80	60,26								380,54	
CHEQUE ESPECIAL BANCO SANTANDER - C/C 13.000617-4		142,60	-	142,60	Sim						Mensal			Mensal	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EMPRÉSTIMO BANCO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (B67930327-6)		73,50	73,50	147,00	Sim	09/12/2016	Não há	Diversos	35,91%	25/01/2017	Mensal	25/01/2017	25/12/2018	Mensal	Outro, especific. no cronograma	73,50	73,50									147,00	
EMPRÉSTIMO BANCO SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (B57530161)		301,14	476,80	777,94	Sim	25/06/2015	Não há	Diversos	25,93%	05/01/2017	Mensal	05/01/2017	05/07/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	301,14	301,14	175,66								777,94	
PARCELAMENTO BANCO ITAU		47,73	59,67	107,40	Sim	10/03/2016	Não há	Diversos	64,80%	11/04/2017	Mensal	11/04/2017	11/03/2019	Mensal	Outro, especific. no cronograma	47,74	47,74	11,93								107,40	
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	493,71	3.459,30	3.953,01					-							-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
União	-	49,05	161,46	210,51					-							49,05	49,05	38,65	7,44	7,44	58,88	210,51					

PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2014	-	41,61	72,83	114,44	Sim	03/10/2014	Não há	Diversos	-	29/01/2017	Mensal	31/01/2017	30/09/2019	Mensal	Outro, especif. no cronograma	41,62	41,61	31,21	-	-	-	114,44
PARCELAMENTO ESPECIAL INSS - LEI 12.996/14 - PGFN	-	7,44	88,63	96,07	Sim	22/08/2014	Não há	Diversos	-	30/01/2017	Mensal	30/01/2017	30/11/2029	Mensal	Outro, especif. no cronograma	7,44	7,44	7,44	7,44	7,44	58,88	96,07
Estado	-	444,66	3.297,84	3.742,50					-							-	-	-	-	-	-	-
PARCELAMENTO ICMS E14-010-000.817/2014	-	444,66	3.297,84	3.742,50	Sim	26/09/2014	Não há	Diversos	-	-	Mensal	-	-	Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-					-							-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	1.323,62	7.779,63	9.103,25	-	-	-	208,08	-	-	-	-	-	-	687,32	662,22	286,50	7,44	7,44	58,88	1.709,80
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	780,86	861,03	1.641,89	-	-	-	208,08	-	-	-	-	-	-	638,27	613,18	247,85	-	-	-	1.499,29
Tributária	-	493,71	3.459,30	3.953,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura
dos Ativos
Financeiros
– R\$ Mil

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistêmica de Amortização	2017	2018	2019	2020	2021	2022+	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	6,25	-	6,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
Dívida Bruta	-	2.579,76	4.320,33	6.900,09	6.269,96
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional		780,86	861,03	1.641,89	2.085,15

Tributária	-	493,71	3.459,30	3.953,01	4.184,81
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	1.305,19	-	1.305,19	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(6,25)	-	(6,25)	(26,32)
Alta Liquidez	-	(6,25)	-	(6,25)	(22,33)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	(3,99)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	2.573,51	4.320,33	6.893,84	6.243,64

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERES não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2015 e 2016.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2015	60,80	36,81	-	-	-	-	97,61

Constituição	-		-	-	-	20,40	20,40
Baixas/reversão	(8,35)	(6,84)	-	-	-	(14,90)	(30,09)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	52,45	29,97	-	-	-	5,50	87,92

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	11,81%	(256,61)	-	-	(256,61)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,01%	(50,91)	-	-	(50,91)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,92%	(137,70)	-	-	(137,70)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,88%	(68,00)	-	-	(68,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	24,76	-	-	24,76
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		4,50	-	-	4,50
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		13,41	-	-	13,41
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		6,85	-	-	6,85
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(231,85)	-	-	(231,85)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	(222,30)	(34,61)	-	0,30	-	(256,61)	(34,31)	24,76	(231,85)	(201,75)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(39,97)	(11,24)	-	0,30	-	(50,91)	(10,94)	4,50	(46,41)	(37,06)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(114,33)	(23,37)	-	-	-	(137,70)	(23,37)	13,41	(124,29)	(105,51)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	-	-	-	-	(68,00)	-	6,85	(61,15)	(59,18)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(222,30)	(34,61)	-	0,30	-	(256,61)	(34,31)	24,76	(231,85)	(201,75)

	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transfências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em Curso	(15,33)	(19,98)	-	34,61	-	(0,70)	14,63	-	(0,70)	(15,33)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(11,64)	-	11,24	-	(0,40)	(0,40)	-	(0,40)	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(15,33)	(8,04)	-	23,37	-	-	15,33	-	-	(15,33)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	(0,30)	-	-	-	(0,30)	(0,30)	-	(0,30)	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(82,17)	(34,88)	-	-	-	(117,05)	(34,88)	-	(117,05)	-
Ultrapassagem de demanda	(73,10)	(26,24)	-	-	-	(99,34)	(26,24)	-	(99,34)	-

Excedente de reativos	(9,07)	(8,64)	-	-	-	(17,71)	(8,64)	-	(17,71)	
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(97,50)	(54,86)	-	34,61	-	(117,75)	(20,25)	-	(117,75)	(15,33)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Remanejamento de Rede com Imobilizações - Subvenção do DER -Departamento de Estradas e Rodagem	15,33
2 - Relocação de Rede com Participação do Consumidor	11,24
3 - Doação de Transformador instalação 24301 - Pot 25KVA monofásico nº série 7969 230/115V	2,33
4 - Doação de Transformador instalação 66801, 15KVA, trifásico 220/127V nº série 5038	1,80
5 - Doação de Transformador instalação 10501 - Pot. 30KVA Trifásico 220/127, nº série 29423	1,42
6 - Doação de Transformador instalação 51800, 30KVA, trifásico 220/127V nº série 29421	1,32
7 - Doação de Transformador de 45KVA, trifásico 220/127V nº série 2927	1,18

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(50,91)	4,50	(46,41)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(39,67)	2,91	(36,76)
Data de aquisição: 02/12/2016	(11,24)	1,59	(9,65)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(137,70)	13,41	(124,29)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(114,33)	8,82	(105,51)
Data de aquisição: 31/05/2016	(2,33)	1,86	(0,47)
Data de aquisição: 01/10/2016	(1,42)	1,90	0,48
Data de aquisição: 01/12/2016	(4,30)	0,38	(3,92)
Data de aquisição: 02/12/2016	(15,32)	0,45	(14,87)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	4,21	(63,79)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(68,00)	4,21	(63,79)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			

Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição: 01/08/2016	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição: 01/08/2016	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(256,61)	22,12	(234,49)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 63,81 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2016		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	17	0,14%
CONSELHO FISCAL 2016		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Anísio Rodrigues da Costa	3	0,03%
Gilmar de Lima Almeida	15	0,13%
Denilson Tavares	2	0,02%
Vera Lúcia Miranda Assis Queiroz	1	0,01%
Sub Total	27	0,23%
DEMAIS COOPERADOS 2016		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.756	99,63%
Total geral	11.800	100,00%

Reservas de Capital

	2016	2015
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-224,55	-2.698,02

Total	(224,55)	(2.698,02)
--------------	-----------------	-------------------

Reservas de Sobras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva legal	-	402,10
Lucros a realizar	-	-
FATES	520,03	520,03
Reservas Estatutarias	-	-
Total	520,03	922,13

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros Resultados Abrangentes	2.996,67	3.319,22
Capital Social	63,81	63,81
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-292,21	-6,56
Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia	-109,53	-578,85
Total do Patrimônio Líquido	2.954,22	1.021,73

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 20% para Reserva Legal e 20% de FATES.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	4.705	4.558	17.995,83	18.790,52	9.133,56	7.717,59
Residencial	3.843	3.707	7.459,40	7.736,91	4.072,01	3.462,62
Industrial	4	4	176,89	7.263,92	98,23	89,96
Comercial	559	548	6.937,58	201,47	3.820,46	3.177,22
Rural	273	273	1.786,22	1.942,07	636,38	560,30
Poder público	17	17	108,14	132,24	60,78	59,92
Iluminação pública	8	8	1.525,11	1.509,65	444,51	366,01
Serviço público	1	1	2,49	4,26	1,19	1,56
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	8.401,87	6.923,31
Consumidores Cativos	-	-	-	-	8.401,87	6.923,31
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-

Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(8.436,76)	(6.966,14)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(26,24)	(40,34)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(8,65)	(2,49)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(8.401,87)	(6.923,31)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(83,08)	(131,73)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	2.805,43	372,24
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(81,98)	257,73
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	43,43	38,45
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	315,36	321,08
Total	4.705,00	4.558	17.995,83	18.790,52	12.097,83	8.532,53

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	2.675,46	2.441,81
Remuneração	1.672,60	1.532,23
Encargos	710,90	649,95
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	21,28	3,59
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	269,91	255,25
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	0,77	0,79
Administradores	663,50	609,96
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	659,66	605,25
Benefícios dos administradores	3,84	4,71
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.338,96	3.051,77

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2016	2015
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(626,29)	(987,47)
Ajustes Efeitos IFRS	2.099,20	(17,01)
Lucro Ajustado	1.472,91	(1.004,48)
Ajustes Lalur	(1.286,24)	262,13
Base de Calculo Fiscal	186,67	(742,35)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(44,80)	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(44,80)	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver de valor muito relevante para nosso porte, no valor de R\$ 2.791,80

Nosso ciclo tarifário da Primeira Revisão Tarifária das Permissionárias de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica encerrou-se no mês de março/2016. Contudo, conforme indefinição das regras regulatórias nesta data, nossa tarifa do ciclo 2015/2016 foi prorrogada para o ciclo 2016/2017, conforme Resolução Homologatória No. 2.024/2016/ANEEL. Neste sentido, para amenizar o impacto econômico e financeiro, e, atendendo ao princípio de prudência e ao regime de competência, apropriamos Bolha Financeira Positiva na ordem de R\$ 458,66 mil. Nossa RTP 2016 deverá ocorrer em abril/2017 com efeitos retroativos.

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.946, de 01 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 22,54%, correspondendo a um efeito médio de 34,87% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

Em virtude da não conclusão das normas e, conseqüente não realização de nossa Segunda Revisão Tarifária Periódica no exercício de 2016, nossa tarifa permaneceu congelada aos valores da tarifa 2015/2016. Durante o exercício de 2017 será realizada a Segunda Revisão Tarifária da CERES com efeitos retroativos à 2016, e, passo contínuo, o Reajuste Tarifário para o ciclo tarifário de 2017/2018.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória (adaptar texto quando de atualizações da composição)

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão

Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	10.783,86
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	33,07
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.176,16
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	9.574,64
(6) Depreciação Acumulada	4.379,52
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	6.404,34
(10) Almojarifado em Operação	32,35
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	33,07
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	6.403,63
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	382,99
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	241,42

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro da Base de Remuneração Regulatória no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS da Revisão anterior.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos

investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos,

e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados

como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	648,11
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	162,03
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162,03
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	324,05
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8,86
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	26,20
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	67,25
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	102,31

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro CAIMI no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS da Revisão anterior.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras no CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	3.246,15	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	1.146,46	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-

TFSEE	19,81	-	-	-	-	-
CDE	941,97	-	-	-	-	-
PROINFA	111,35	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	73,33	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.518,04	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.518,04	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	581,64	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	581,64	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	5.314,63	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	5.314,63	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	25,38	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(2,84)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	22,54	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	(10,76)	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	34,87	-	-	-	-	-

OBS: Em virtude de ter sido prorrogado o processo de Revisão Tarifária para 2017 e não haver o preenchimento do quadro Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário) no arquivo PERSAS 2016, mantivemos o preenchimento desse quadro com os dados do arquivo PERSAS 2015.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2016			2015		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		3.179,08	-	3.179,08	3.017,44	(309,91)	2.707,53
Caixa e equivalentes de caixa		6,25	-	6,25	23,04	-	23,04
Consumidores	14.1	1.166,31	-	1.166,31	1.589,61	-	1.589,61
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,49	-	0,49	58,38	-	58,38
Tributos compensáveis		120,82	-	120,82	117,61	-	117,61
Depósitos judiciais e cauções		455,03	-	455,03	494,91	-	494,91
Almoxarifado operacional		101,72	-	101,72	87,72	-	87,72
Investimentos temporários		-	-	-	3,99	-	3,99
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	984,79	-	984,79	309,91	(309,91)	-
Despesas pagas antecipadamente		20,82	-	20,82	20,00	-	20,00
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		322,85	-	322,85	312,27	-	312,27
Ativo não circulante		11.893,25	(2.996,67)	8.896,58	11.211,20	(3.319,22)	7.891,98
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-

Depósitos judiciais e cauções		138,10	-	138,10	153,97	-	153,97
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		7,91	-	7,91	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		3.303,77	1.936,69	5.240,46	2.587,73	1.783,72	4.371,45
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0,26	-	0,26	0,21	-	0,21
Imobilizado	14.4	8.396,41	(7.905,91)	490,50	8.406,25	(7.853,87)	552,38
Intangível	14.5	46,80	2.972,55	3.019,35	63,04	2.750,93	2.813,97
Total do ativo		15.072,33	(2.996,67)	12.075,66	14.228,64	(3.629,13)	10.599,51

Passivo							
Passivo circulante		6.901,38	-	6.901,38	4.979,63	(242,09)	4.737,54
Fornecedores		2.942,25	-	2.942,25	1.328,94	-	1.328,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures		780,87	-	780,87	1.220,80	-	1.220,80
Obrigações sociais e trabalhistas		792,32	-	792,32	442,49	-	442,49
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		556,18	-	556,18	525,86	-	525,86
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-

Encargos setoriais		260,23	-	260,23	434,03	-	434,03
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	858,42		858,42	242,09	(242,09)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		711,11	-	711,11	785,42	-	785,42
Passivo não circulante		5.216,73	-	5.216,73	8.227,28	(2.346,77)	5.880,51
Fornecedores		7,91	-	7,91	487,26	-	487,26
Empréstimos, financiamentos e debêntures		861,04	-	861,04	864,36	-	864,36
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		3.459,30	-	3.459,30	3.675,61	-	3.675,61
Provisão para litígios		87,91	-	87,91	97,61	-	97,61
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1			-	2.346,77	(2.346,77)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		450,96	-	450,96	451,81	-	451,81
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		349,61	-	349,61	303,86	-	303,86

Total do passivo	12.118,11	-	12.118,11	13.206,91	(2.588,86)	10.618,05
-------------------------	------------------	----------	------------------	------------------	-------------------	------------------

Patrimônio líquido							
Capital social	63,81	-	63,81	63,81	-	63,81	
Reservas de capital	(224,55)	224,55	-	(2.698,02)	2.698,02	-	
Outros resultados abrangentes	2.996,67	(2.996,67)	-	3.319,22	(3.319,22)	-	
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	-	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(292,21)	-	(292,21)	(6,56)	6,56	-	
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Reserva de sobras	520,03	-	520,03	922,13	-	922,13	
Sobras à disposição da Assembleia	(109,53)	(224,55)	(334,08)	(578,85)	(425,63)	(1.004,48)	
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	
Total do patrimônio líquido	2.954,22	(2.996,67)	(42,45)	1.021,73	(1.040,27)	(18,54)	
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.072,33	(2.996,67)	12.075,66	14.228,64	(3.629,13)	10.599,51	

Nota	2016			2015		
	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario

Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		12.097,83	(158,76)	11.939,07	8.532,51	32,81	8.565,32
Fornecimento de energia elétrica		613,72	-	613,72	619,71	-	619,71
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		8.401,87	-	8.401,87	6.923,31	-	6.923,31
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(81,98)	-	(81,98)	257,73	-	257,73
Serviços cobráveis		43,43	-	43,43	38,45	-	38,45
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		315,36		315,36	321,08	32,81	353,89
Outras receitas vinculadas		2.805,43	(158,76)	2.646,67	372,23		372,23
Tributos		(86,94)	-	(86,94)	(62,99)	-	(62,99)
ICMS		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(15,42)	-	(15,42)	(11,17)	-	(11,17)
Cofins		(71,52)	-	(71,52)	(51,82)	-	(51,82)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.027,40)	-	(1.027,40)	(1.250,53)	-	(1.250,53)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(42,44)	-	(42,44)	(38,19)	-	(38,19)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(733,12)	-	(733,12)	(726,03)	-	(726,03)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(42,44)	-	(42,44)	(38,19)	-	(38,19)
Taxa de fiscalização		(28,06)	-	(28,06)	(28,43)	-	(28,43)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(181,34)	-	(181,34)	(419,69)	-	(419,69)

Receita líquida / Ingresso líquido	10.983,49	(158,76)	10.824,73	7.218,99	32,81	7.251,80
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.879,47)	-	(2.879,47)	(2.691,57)	-	(2.691,57)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.737,32)	-	(2.737,32)	(2.580,99)	-	(2.580,99)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(142,15)	-	(142,15)	(110,58)	-	(110,58)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	8.104,02	(158,76)	7.945,26	4.527,42	32,81	4.560,23
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.237,71)	(1.895,64)	(7.133,35)	(4.564,38)	(49,82)	(4.614,20)
Pessoal e administradores (inclui 663,51 de remuneração a administradores)	(3.338,95)	-	(3.338,95)	(3.051,76)	-	(3.051,76)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(285,66)	-	(285,66)	(191,34)	-	(191,34)
Serviços de terceiros	(783,52)	-	(783,52)	(830,89)	-	(830,89)
Arrendamento e aluguéis	(143,50)	-	(143,50)	(59,69)	-	(59,69)
Seguros	(4,11)	-	(4,11)	(3,63)	-	(3,63)
Doações, contribuições e subvenções	(11,17)	-	(11,17)	(17,22)	-	(17,22)
Provisões	(99,51)	-	(99,51)	(31,65)	-	(31,65)
Recuperação de despesas	154,50	-	154,50	73,36	-	73,36
Tributos	(20,08)	-	(20,08)	(27,28)	-	(27,28)
Depreciação e amortização	(500,69)	224,55	(276,14)	(495,53)	241,75	(253,78)
Gastos diversos da atividade vinculada	(171,31)	(2.120,19)	(2.291,50)	(161,77)	(291,57)	(453,34)
Outras Receitas Operacionais	207,77	-	207,77	298,41	-	298,41
Outras Gastos Operacionais	(241,48)	-	(241,48)	(65,39)	-	(65,39)

Resultado da Atividade	2.866,31	(2.054,40)	811,91	(36,96)	(17,01)	(53,97)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(1.393,40)	-	(1.393,40)	(950,51)	-	(950,51)
Despesas financeiras	(1.520,78)	-	(1.520,78)	287,70	-	287,70
Receitas financeiras	127,38	-	127,38	(1.238,21)	-	(1.238,21)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.472,91	(2.054,40)	(581,49)	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)
Despesa com impostos sobre os lucros	(44,80)	-	(44,80)	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	1.428,11	(2.054,40)	(626,29)	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.428,11	(2.054,40)	(626,29)	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	22,38	(32,19)	(9,81)	(15,48)	(0,27)	(15,75)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Saldos no final do exercício (societário)	(42,44)	(18,53)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.996,67	1.040,27
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	2.996,67	3.319,22
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(224,55)	(2.698,02)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	(6,56)
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	224,55	425,63
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	2.954,23	1.021,74

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque dos efeitos IFRS em outras reservas de capitais, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital e dos ajustes entre sobras/perdas regulatórias x sobras/perdas societárias do exercício.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(626,29)	(1.004,48)

Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	2.054,40	17,01
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.278,95	258,76
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(224,55)	(241,75)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.428,11	(987,47)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015 e 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais de exercícios anteriores a 2015 decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2017 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios

Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC: RJ094000/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2016 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes LAM AUDITORES INDEPENDENTES, relativo às Demonstrações Contábeis, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

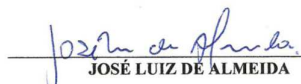
Resende, 30 de março de 2017.


ANÍSIO RODRIGUES DA COSTA


GILMAR DE LIMA ALMEIDA


JORGE VIEIRA CORRÊA


DENILSON TAVARES


JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA


VERA LÚCIA MIRANDA ASSIS QUEIROZ

**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES
(REGULATÓRIO)**

SEÇÃO VI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.812,00, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

A cooperativa possui perdas operacionais (resultado negativo) de exercícios anteriores, no montante de R\$ 3.184.907,58, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Resultado Positivo em 2016 e Negativo em 2015

Sobre o resultado positivo, chamamos atenção para o valor das sobras apuradas no exercício no montante de R\$ 1.428.110,57, classificada no Patrimônio Líquido, e perdas de exercícios anteriores, no montante de R\$ 987.472,59, classificado parte no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da CERES em 31 de dezembro de 2015, não foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 30 de março de 2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de março de 2017.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5 "S" RJ